



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15-08-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós vamos dar início à composição da Mesa. Está presente o Vereador Rodrigo Goulart, o Vereador Donato. Convido para compor a Mesa o Sr. José Armênio de Brito Cruz, Secretário-Adjunto da SMUL, representando o Secretário Marcos Duque Gadelho, de Urbanismo e Licenciamento; representando o Presidente da SP Urbanismo, a Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros, Analista de Desenvolvimento da SP Urbanismo; e o Sr. Rodrigo Bagnatori Ribeiro, Diretor de Desenvolvimento Urbano da SP Urbanismo.

Encontra-se presente o Sr. Carlos Alberto de Oliveira Santos, Subprefeito da Capela do Socorro. Obrigado pela presença. A Subprefeita do Butantã está representada pelo Sr. Alessandro. Obrigado. Representando a Sra. Daniela Skromov de Albuquerque, Defensora Pública, os Srs. Allan Ramalho Ferreira e Pedro Ielik. Obrigado. E representando também o Diretor Presidente da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a CTEEP, o Sr. Daniel Telles, Advogado; Sr. Orlando Paixão, representando a Secretaria de Cultura. Obrigado pela sua presença; e Sr. Rogério Balzano, Subprefeito da Cidade Ademar; André Cassanti Filho.

Vamos dar início às falas. Indago aos Srs. Vereadores Donato e Goulart se querem fazer o uso da palavra agora ou se vamos ouvir, primeiro, a apresentação. Registro a presença da Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Obrigada pela presença.

Vamos iniciar com uma apresentação audiovisual para vocês entenderem exatamente do que estamos tratando. Mas, antes, eu vou pedir ao Sr. José Armênio iniciar com a fala. Em seguida, transmitiremos a apresentação.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Obrigado, Vereador Paulo. Cumprimento todos os presentes. Boa noite. Agradeço o convite. É um assunto muito caro a mim que, como arquiteto e que atuo na administração há muitos anos, já estou nesse projeto há uns cinco anos.

É um projeto muito importante porque abrange uma área muito relevante da macrozona de estruturação metropolitana e estava previsto no Plano Diretor para ser feito e determinar os índices regulatórios de urbanismo na meia inteira. Mas isso é a ponta sul da meia.

Há 20 anos, eu tinha desenhado esse projeto como uma operação urbana e tive o

prazer de voltar a pegar esse projeto como o PIU Jurubatuba. Então, eu estou trabalhando nesse projeto há algum tempo. Em 2002, estava fora da Prefeitura e havia trabalhado nesse projeto.

Esse projeto abarca as principais questões que a região nos coloca. Partindo de um binômio socioambiental, esse projeto tem em pauta a questão da habitação bastante candente, ou seja, há demandas habitacionais de diversas áreas, desde a Vila Andrade até Interlagos; e o PIU aborda isso e prevê o seu atendimento no plano de intervenção. Além de ser a porta da zona Sul da cidade de São Paulo, que abriga os principais mananciais da Cidade e uma região que é também protegida ambientalmente. Então, desse binômio socioambiental, sai o PIU Jurubatuba, que a Sra. Anna Barros vai apresentar para vocês.

Existem alguns detalhes do projeto que são importantes e eu peço que a Sra. Anna saliente para vocês. E representando o Secretário Marcos Gadelha, eu estou para ouvir a população, para ver como que a gente pode contribuir, na Câmara, com esse Projeto de Intervenção Urbana.

Vou passar a palavra à Sra. Anna, que vai colocar em evidência as regiões de Santo Amaro, Interlagos, a av. Nações Unidas, que são importantes.

Esse PIU, diferente de outros que nós estudamos na Cidade, abarca em um só território esses diversos aspectos, e será muito importante a Câmara aprovar e tocar isso para acontecer de maneira positiva, social e ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Registro a presença do Vereador Alfredinho.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO BAGNATORI RIBEIRO – Boa noite a todos.

Gostaria de agradecer a oportunidade, em nome do Presidente da SP Urbanismo, Cesar Azevedo, de poder estar contribuindo mais uma vez, expondo e discutindo o projeto para o desenvolvimento da região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Anna Barros para fazer

a apresentação.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Boa noite a todos e a todas.

Boa noite a Mesa. Cumprimento todos os Vereadores na pessoa do Vereador Paulo Frange.

Eu vou apresentar o projeto do Jurubatuba, que tenho certeza de que muitos já conhecem, mas nós estamos em uma nova etapa de discussões agora no Legislativo. Então, eu acho importante nós mostrarmos o que o Executivo pensou e o que está sendo discutido agora no âmbito do Legislativo.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Como o Zé Armênio falou, o perímetro do Arco Jurubatuba foi definido pelo Plano Diretor. E ele integra a Macroárea de Estruturação Metropolitana. É o território que tem potencial de transformação na cidade de São Paulo em função da infraestrutura que está disposta ao longo da ferrovia e dos rios.

O que é importante identificarmos? Que ele é a transição dessa área de transformação para a área ambiental da Macroárea de Proteção e Recuperação Ambiental. É o último subsetor desta região de transformação.

O que identificamos? Um vetor de empregos na parte sudoeste. E toda essa área amarela é identificada como de usos residenciais.

O que nós queremos dentro dos princípios do Plano Diretor? Promover usos mistos de residência e emprego no mesmo território, de tal forma que fique mais fácil de as pessoas trabalharem e viverem com maior qualidade num conceito de uma cidade mais compacta, no menor tempo de viagem.

Nesse sentido, você tem um vetor de transformação que vem do eixo sudoeste, e temos a diretriz de fazer a condução desse vetor de atividades econômicas e do adensamento construtivo.

Direcionamos o eixo de uso residencial para essa região da Eusébio Stevaux, onde estamos, que no zoneamento foi classificado como ZDE – onde não haveria estímulo de uso residencial. E conduzimos o vetor de desenvolvimento econômico e empregos para o setor da

Guido Caloi. Isso é muito importante, pois dá equilíbrio às atividades na cidade.

Essa transição, como eu falei, tem que ser feita com um caráter ambiental, porque estamos no último território da cidade antes das áreas de manancial, que tem um valor ambiental muito grande. Então é por isso que temos que fazer com muito cuidado, com muita atenção, com um projeto de qualificação ambiental.

O PIU Arco Jurubatuba definiu, como vocês bem sabem, três áreas de perímetro de adesão, onde os empreendimentos que irão se realizar nesses perímetros subsidiarão, através do pagamento de outorga, as intervenções propostas pelo plano. E dividimos em três áreas: Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos. E um perímetro expandido, que pode ser atendido, que pega toda a região até a Av. Nossa Senhora do Sabará, que pega o norte de Vila Andrade. E pensando já uma ação coordenada com a Secretaria de Habitação, onde já havia um programa de habitação no norte da Vila Andrade, e ao sul, que é o Pirajussara, dois Renovas, e o Ponte Rasa.

Hoje, temos 135 mil habitantes. É um adensamento baixo – 62 habitantes por hectare. E pensando numa cidade de uso mais compacto, queremos trazer mais 76 mil habitantes, atrair habitantes de outras regiões que venham morar mais perto dos empregos, mais perto de uma área em que haja transporte público, chegando a uma densidade de 97 habitantes por hectare.

Nesse projeto, propomos mais 130 hectares de áreas verdes públicas, 30% no mínimo dos recursos auferidos, arrecadados, serão aplicados tanto na área de habitação como na área de mobilidade.

Por favor, o próximo. De onde partimos? Como vocês bem sabe, a Lei de Zoneamento, aprovada em 16, propôs várias zonas. Esse rosa, no centro da Eusébio Stevaux, onde estamos hoje, é uma ZDE, que é uma área destinada mais a usos econômicos; tem a área industrial do Socorro; todas as ZEIS identificadas. Existe uma centralidade em relação à Santo Amaro. E também os eixos do Corredor Santo Amaro, vindo da Adolfo Pinheiro. Existem as áreas verdes. E sobre esse trabalho do zoneamento, todos os estudos trouxeram uma nova parametrização para esse território, de tal forma que ele se transformasse e estivesse ancorado

num plano urbanístico.

Então, se queremos trazer moradia com maior densidade para um território da ZDE, onde hoje já empregos, não tem moradia. Então temos áreas de maior índice de adensamento.

Da mesma forma, na Guido Caloi, onde hoje há um terminal, uma estação de Metrô, o metrô já cruzou o rio. Então é muito importante reestruturarmos esses territórios.

Dessa forma, temos uma “sobrecamada” de parâmetros urbanísticos que definem coeficientes de aproveitamento, gabarito e usos permitidos sobre todo esse território, que é o que vemos nesses amarelinhos e marrons. Quanto mais escuro, maior o adensamento proposto; quanto mais claro, menor o adensamento.

Por favor, o próximo. Para cada eixo de estudo, temos as propostas. Por exemplo: no programa de habitação e equipamentos, todas as ZEIS estão identificadas nos mapas da lei, vocês sabem disso – todas as favelas, todos os assentamentos, para serem atendidos. Como eu falei, o perímetro expandido incorporou o Renova SP no Pirajussara 7, bem ao norte da Vila Andrade, como Ponte Baixa, ali perto da Guido Caloi.

A partir do momento que os recursos forem obtidos, todos esses recursos serão encaminhados para a Secretaria da Habitação, que irá desenvolver o programa de habitação, principalmente para as áreas mais vulneráveis.

Hoje temos um número significativo de ZEIS no território. Então eles estão atendidos.

Aí eu vou fazer uma breve pontuação: tivemos conversas ao longo da elaboração desse projeto no âmbito do Executivo, e algumas propostas foram alteradas para atendimento. Então, por exemplo, uma das alterações foi ali na frente do Guarapiranga, em que preservamos as unidades. Naquela bolinha acima, à esquerda, há uma proposta de preservação das unidades que ali estão na frente do canal.

O próximo, por favor. Em questão de mobilidade, eu acho que há ligações importantes nesse território. Na Vila Andrade, propomos uma ligação para melhorar o caminho para quem vai acessar a Giovanni Gronchi e também a Estação Santo Amaro do Metrô. Nós melhoramos as ruas, fazemos uma arborização, para que as pessoas caminhem com conforto,

segurança, não debaixo de social, etc. e tal. Mas eu queria destacar algumas ligações.

A primeira ligação que eu destaco é o prolongamento da Chucri Zaidan até a Guido Caloi, que vocês podem ver que tem uma proposta de uma ponte nova na Marcos Lopes Leão que vai chegar no Terminal Santo Amaro.

Vocês podem seguir pelo número. É o número 1.

A Av. Nossa Senhora do Sabará, na Adolfo Pinheiro, que é o 2. Você tem um melhoramento, um alargamento da Isabel Schmidt – se não me engano, o nome da rua é este.

Temos a ligação da Eusébio Stevaux com Adolfo Pinheiro, que é ali o número 3. Quer dizer, quem sai do Terminal Santo Amaro chega na Eusébio Stevaux, que vai ter o corredor de ônibus, etc., tal. E aí a ligação da Marginal Pinheiros à Atlântica, ao Socorro e até a Ponte Vitorino Goulart. Esta eu vou fazer um destaque, que também me soma à Interlagos.

Ela é dividida em trechos, na Av. Interlagos, até a Ponte Vitorino Goulart, que é uma ligação importante. Só que vamos trabalhar nela como uma avenida parque, porque é o último território que temos para construir junto do rio com qualidade ambiental de tal forma que não tenhamos uma via expressa com muitas pistas que destrua toda aquela primeira imagem que eu mostrei para vocês.

Eu destaco transposições muito importantes que temos sobre o rio: uma é junto da Estação Jurubatuba da CPTM. Sabemos que todo o pessoal que mora ali no Socorro, no Jardim Marajoara, tem que dar uma volta enorme para pegar o trem do outro lado do rio. O Canal Guarapiranga é a mesma coisa: tem uma ligação melhor para o pessoal chegar na Estação Santo Amaro do Metrô. E o Parque do Aterro, junto à Ponte Vitorino Goulart.

Nós temos propostas de novos parques – o Parque da Orla, que é todo esse... O Chico, então, está fora do perímetro, não é?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Tudo bem. Agora nós estamos em outro momento de discussão.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Sim, justamente, é outro momento. Vamos lá. Exatamente.

- Manifestação fora do microfone.

ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – O Parque do Aterro, o Parque de Interlagos e o Parque que é determinado no Plano Diretor, na Vila Andrade, que é a Letra E.

Próximo, por favor. Então essa é ligação pela qual nós melhoramos a qualificação do acesso, principalmente da Vila Andrade e na Giovanni Gronchi, que são ruas existentes que alargamos, não tem nenhuma grande abertura. Mas trazemos um traçado com maior conforto e segurança para a população.

Vocês podem ver que todas as favelas estão identificadas, ali da Vila Andrade, como no mapa geral. Isso faz parte do projeto de lei.

Próximo, por favor. Trazemos uma ilustração da passarela junto ao Canal de Guarapiranga. Na Guido Caloi, como eu falei, esse incentivo ao adensamento construtivo cria uma nova frente urbana para essa através, que é uma avenida muito importante que se direciona ao sul da cidade. E aí trazemos a qualificação ambiental, aproximando o canal da população da cidade em si.

Próximo. Eu destaquei alguns pontos de trecho a trecho. Como vocês sabem, eu destaquei no Socorro essa via parque. Nesse trecho do canal até a Ponte do Socorro, essa ligação é uma via de duas pistas, com uma qualificação ambiental muito importante. Temos que destacar a existência das linhas de transmissão e dos dutos que estão no subsolo, que é um impeditivo de se ter um tráfego muito intenso de grandes cargas. É um problema de execução e técnica que se soma com a nossa proposta de ambiental, e aí construímos uma avenida parque, que é mais interessante para a cidade. E aí a conexão com a Estação Santo Amaro do Metrô.

Próximo, por favor. Aqui eu destaco as duas ciclopassarelas – uma junto à Estação do Socorro, de trem, da CPTM; e, mais à direita, uma ciclopassarela junto à Estação Jurubatuba, para atender toda essa população que está no Socorro e Jardim Marajá, que é muito importante. E a chegada na Eusébio Stevaux.

Próximo, por favor. Aqui eu trago uma proposta que é a requalificação do Centro Histórico de Santo Amaro. Sabemos a importância do centro de Santo Amaro para essa região. Lembrando que Santo Amaro foi um município independente. Então propomos uma requalificação.

Independentemente do projeto de lei, esse estudo já está sendo desenvolvido pela SP Urbanismo, onde se traz uma qualificação dos passeios, uma melhor conexão das vias locais, uma preocupação de trânsito do pedestre, um redesenho ali da área do mercado, do entorno, para que você possa aproveitar melhor todos os equipamentos que existem, desde a biblioteca até o Largo XIII. E uma conversa com a CET de algumas ruas junto ao Largo XIII se tornarem ruas de pedestres, dando maior segurança para a população.

Próximo, por favor. Esse aqui é um perímetro no qual temos um processo junto comissão DPH para estudar a possibilidade de se subir o gabarito junto da Praça Floriano Peixoto, uma vez que já existem edifícios com 28 metros. Então seria como se você construísse uma moldura nesse território; mas, como ele é tombado, é um processo junto a todos os órgãos de preservação.

Por favor, o próximo. E aí, por fim, Interlagos, que é um AIU especial. Então é onde existe todo o atendimento de reurbanização, regularização e produção de novas unidades das ZEIS; conexão das duas margens do rio através das ciclopasseiras no Parque do Aterro; os parques, criando um sistema – Parque do Telefunken, Parque do Aterro e o Parque Interlagos. O Autódromo de Interlagos é um território de um projeto estratégico dentro deste PIU, e damos diretrizes de qualificação para o Autódromo.

Por favor, o próximo, vou destacar as diretrizes, Então, a manutenção do Autódromo como equipamento de eventos de esporte a motor; garantir essa conectividade do equipamento com o entorno – como ele se integra com o entorno. É um equipamento que tem que estar aberto, que tem que fazer parte da cidade, e não um equipamento fechado em si. Na hipótese de desestatização – porque sabemos que há uma lei à parte, por alienação ou por concessão –, 40% da receita vai ser destinada ao atendimento das ZEIS do entorno do Autódromo. Pelo

cálculo que fizemos, a cota de solidariedade poderia nem existir no território se ele não gerasse empreendimentos maiores que 20 mil metros quadrados. Então nós garantimos que essa destinação dos 40% seria certa e atenderia toda essa população do entorno do Autódromo.

E as diretrizes para a qualificação do Parque do Autódromo é: implantação, gestão e manutenção do Parque Interlagos; recuperação do curso de água e do lago; implantação de áreas de lazer; acessibilidade através de passagens sobre a via, que não pode ser uma ruptura dessa circulação dentro do parque; e a utilização pública para dia de eventos licenciados.

Por fim, trago alguns números. Como eu já falei, cada eixo de intervenção tem um percentual de destinação. Mas eu destaco alguns pontos. Esse projeto prevê quatro ciclopasseiras, cinco novos parques, 58 mil metros quadrados de áreas verdes requalificadas em todo o território, 40 km de intervenções viárias, sendo 24 km de abertura e 15 km de alargamento de calçadas ou de vias. E 30% destinados, no mínimo, a atendimento habitacional, que geraria 77 mil metros quadrados para novas unidades habitacionais.

E aí, eu acho que é algo importante. Para cada Área de Intervenção Urbana – Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos – será constituído um conselho gestor com a participação da sociedade civil e do Poder Público. A sociedade civil vai ser representada por profissionais que atuam na área. E isso para cada AIU. Vai haver um representante profissional, um representante da área acadêmica ou da área de pesquisas; empresas de atuação na área; ou questões que são muito pertinentes a esse território; organizações não governamentais que atuam na região de cada uma das AIUs. Conselho Participativo Municipal, Conselho Municipal de Habitação. Três moradores ou três trabalhadores por cada AIU vão participar desse conselho gestor. E aí as Secretarias envolvidas: SMUL, Sehab, Secretaria do Verde, Secretaria de Governo, Siurb, DPH, SPUbanismo e as subprefeituras que estão no território.

O que este PIU traz de diferente dos outros? Cumprido o plano de intervenções de cada uma das AIUs, o dinheiro arrecado em uma AIU poderá ser transferido a outra. Então, o que for arrecadado no Jurubatuba, se for concluído o programa, o conselho gestor poderá aprovar a destinação desses recursos para atendimento de Vila Andrade, e a mesma coisa para

Interlagos, etc. e tal. Criamos canais comunicantes de recursos.

Vamos dizer que esses são os pontos mais importantes do projeto que eu trago.

Termino a minha apresentação de hoje por aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Anna Carvalho, muito obrigado pela apresentação.

Vamos passar a palavra para os Vereadores que quiserem se inscrever agora, ou depois da fala de vocês.

Vereador Goulart ou Vereador Donato gostariam de falar agora? (Pausa) Tem a palavra o Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO - Obrigado, Presidente.

Cumprimento os Vereadores Silvia, Alfredinho, Goulart, Presidente Paulo Frange, todos os representantes do Executivo presentes, em particular, o Secretário Adjunto; cumprimento todos os presentes e agradeço a presença.

Para nós este debate é bastante importante, assim como o é que ele seja realizado num território e que possamos ter outras oportunidades no território da Vila Andrade, onde se concentram grande parte das favelas que, de alguma forma, podem ser beneficiadas por esse PIU.

Continuamos com aquela pendência – e o Presidente Milton Leite já se comprometeu, mas depois ele chegando vai poder falar disso – que diz respeito às ações de desapropriação da Cetesb, Enel e Via Mobilidade na região de Vila Andrade. Ele já se comprometeu e tenho a certeza de que vamos conseguir estabelecer uma negociação nesse sentido. Ainda bem que, em Brasília, foi prorrogado o período de proibição dos despejos, mas temos que estar atentos e discutir essa questão que é fundamental, principalmente, pela demanda habitacional que pode ser ocasionada por essa ação de despejo, que tem embaixo da linha 1 da Cetesb e da Enel.

Foi uma apresentação bastante rápida, mas tenho uma dúvida que diz respeito ao seguinte: a principal arrecadação, se me lembro da outra apresentação, é na AIU Jurubatuba,

onde tem o grosso da arrecadação. Como foi dito, existe a possibilidade dos vasos comunicantes, de se transferir o dinheiro dessa AIU para outras AIU, tanto de Interlagos quanto de Vila Andrade, mas isso dependeria da aprovação do Conselho daquela AIU? Isso não está estabelecido a partir do programa de investimento já definido? É isso que eu gostaria de entender. Não precisa responder agora. Só para a gente pontuar uma questão em que eu gostaria de avançar um pouco mais, porque a arrecadação vai se concentrar no Jurubatuba, que tem o maior potencial construtivo, onde vai se verticalizar, mas as favelas estão na Vila Andrade e em Interlagos. Tem uma favela próximo a Jurubatuba, na Eng. Eusébio Stevaux, mas é pequena; as favelas maiores estão em Vila Andrade e Interlagos.

Então, de que maneira esse recurso arrecadado vai financiar a construção de moradias e a urbanização dessas favelas. Isso eu queria entender, que ficasse mais claro.

Essa a questão inicial. Desejo uma boa audiência. Viemos mais para ouvir. Como foi dito, a audiência é um processo de construção do projeto. Foi apresentada a proposta pelo Executivo, mas queremos enriquecê-la ouvindo todas e todos os presentes.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Donato.

Vereadora Silvia quer falar agora? (Pausa) Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Boa noite a todas e todos, Vereadores Donato e Paulo Frange que preside esta audiência, Goulart, todos os membros do Executivo e público que está acompanhando.

Primeiro, acho que o pessoal que está aqui está preocupado se vai sair de onde está morando ou não. (Palmas) Essa é a grande preocupação, porque estou falando, porque estou vendo muita gente do Autódromo, da Vila da Paz, Vila Andrade, enfim, de diversas comunidades que estão no perímetro da operação, e a grande dúvida que paira na cabeça deles é se vão sair ou não. Isso tem que estar claro nessa apresentação, porque ela é uma apresentação muito técnica, a qual todos nós temos dificuldade em entender.

Na prática é o seguinte: já votei algumas operações urbanas na Câmara. A minha

defesa foi sempre a da moradia popular para as pessoas que precisam.

Uma apresentação como essa deixa uma série de dúvidas, que deverão ser esclarecidas nas audiências públicas, essa e outras que ainda serão realizadas, para que as pessoas tenham segurança e possam dormir em paz, porque não vão perder onde moram e não vão sair de onde estão, onde é que vai ser urbanizado, onde é que vai ter construção de moradia para que possam viver dignamente.

Vou ficar ouvindo também toda audiência para poder tirar minhas dúvidas. Um dos grandes problemas é que eu acho que a Secretaria de Transportes deveria estar nessas audiências. O transporte aqui já é péssimo sem ter toda essa quantidade de pessoas que podem vir para cá. Linha Esmeralda todos vocês conhecem o que acontece todos os dias na linha do trem. A gente sabe os problemas que existem no transporte coletivo, então, a Secretaria de Transportes deveria estar apresentando um programa de transporte coletivo para essa região.

(Palmas)

Quando se fala em construção de parque, a gente sempre defende que se tenham mais parques. O problema é que os que existem estão deteriorados, completamente abandonados. Eu ando em um em que eu tenho até vergonha de andar pela manhã porque as pessoas ficam me cobrando, porque privatizaram – concessão – no passado, dizendo que teriam empresas que iam cuidar dos parques. Nenhuma empresa se interessa por um parque da periferia, porque não tem estacionamento para faturar, não tem lanchonete. Só se interessam pelos parques do centro.

Todas essas coisas têm que ser esclarecidas para termos segurança de como votar na Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Alfredinho.

Vereador Goulart, queria fazer um aparte?

O SR. RODRIGO GOULART – Um aparte bem rápido, para complementar essa pergunta que o Vereador Donato fez sobre a arrecadação.

Nós vimos o cálculo, Anna, e a arrecadação está muito próxima das intervenções que devem ser feitas. Mas parte da arrecadação está prevista no projeto estratégico que seria o do Autódromo. Esse projeto já mudou de privatização para concessão e, agora, parece que há uma previsão de não ser feita venda nem concessão do equipamento. Então, se há algo para se pensar numa compensação ou como se faria o equilíbrio desse cálculo. Ao responder a pergunta do Donato, se puder nos orientar, será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ana, ao final, quando for responder, responde as perguntas dos Vereadores e as dos demais num bloco, prefere assim? (Pausa) Está bom. Já vou deixar uma, Anna.

Enquanto estamos tramitando esse projeto, temos um pouco de tempo, o suficiente, é possível termos uma avaliação de quantos imóveis vamos desapropriar – que são privados – e que tipo de imóveis são esses? Como são muitos imóveis grandes, inclusive, com certeza, deve ter muito imóvel que está sem pagar IPTU há muitos anos, imóveis que têm problemas com o Município, quanto representa o custo dessas desapropriações no dia de hoje? Porque esse é um projeto de longo prazo, mas as desapropriações podem acontecer a cada momento. O que é exatamente desapropriação de bens privados, que tipo de imóveis são esses e o quanto representam?

Obrigado.

As inscrições estão encerradas. Passaremos a ouvir os senhores que se inscreveram. O microfone está ao lado. Quando chegar próximos aos três minutos, eu aviso, para que possamos ouvir o número máximo de vocês.

Sr. José Luiz Barsotti, morador de Santo Amaro.

Está presente o Sr. Subprefeito da Casa Verde e Cachoeirinha, Eduardo Valentim; e as Sras. Malu e Catarina, representando a Vereadora Ely Teruel, membro da Comissão de Política Urbana.

O SR. JOSÉ LUIZ BARSOTTI – Boa tarde a Mesa.

Meu nome é José Luiz, sou morador da zona Sul de Santo Amaro. Na verdade, eu

gostaria de fazer um registro. Enquanto está no papel, o registro é perfeito. Eu, pela história de Santo Amaro, e até pela história de zona Sul, nós somos os campeões em perder o bonde da história.

O primeiro bonde da história que perdemos foi termos deixado de se tornar um Município; o segundo foi de deixar as empresas da zona Sul, principalmente, na região da Marginal irem embora, porque quanto tem empresa, tem moradia e se constrói uma cidade em volta dessa empresa.

A minha maior preocupação é de a gente perder, novamente, o bonde da história. O que a gente está fazendo agora? Todo mundo tem uma demanda que é a moradia. Minha maior preocupação é mexer nessa terra e não atender os filhos dessa terra. É essa a minha maior preocupação, porque se tira uma pessoa, joga ela em outro lugar, os parques são criados e não têm aquele morador que possa frequentar o parque. Caímos na privatização do parque.

O que estamos criando como moradores da zona Sul, moradores de botina amarela? Vamos construir um projeto que daqui a vinte ou trinta anos não será usado porque não tem morador lá.

O projeto é legal, é bonito, mas você consegue utilizar de todo esse benefício para o povo? Porque, uma hora, você vai tirar esse povo.

É isso. Eu gostaria de deixar registrado isso. Vamos ver que vai acontecer com a gente da zona Sul. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito bom, José Luiz.

Fabiana Domingues Lisboa, moradora de Santo Amaro. Depois, se quiser ficar perto, Ricardo Ribeiro que será o próximo.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, eu queria dizer que três minutos não são suficientes; quatro audiências públicas não são suficientes para falar de Santo Amaro. (Palmas)

A população de Santo Amaro e a população das comunidades quer o mesmo *red carpet* que foi concedido para o pessoal da concessão do Pacaembu. Eles foram ouvidos durante

horas por esta comissão, então, nós também queremos o *red carpet*. (Palmas)

Eu não vim de verde à toa. Vim de verde para mostrar que sou cidadã, nós somos cidadãos, eleitores que vão às urnas em outubro; e essa disputa em São Paulo vai ser animada, porque tem Vereador candidato a Deputado Estadual, Federal e Senador.

Vim para dizer que, em 2018, o Sr. Bruno Covas me atendeu com um colega dos senhores e concordou com uma pequena alteração que nós estamos propondo para a região de Santo Amaro em que o impacto econômico vai ser menor porque vai desapropriar menos áreas.

Desde então, a gente vem mudando, porque eu descobri o Arco do Jurubatuba em 2018 na Copa, quando eu comecei a distribuir bilhete nas casas dos moradores. Se eu não vim em outras audiências, como foi dito anteriormente, é porque nós não sabíamos.

Inclusive, eu gostaria de cobrar o Vereador Milton Leite que na audiência pública do Teatro Paulo Eiró de 2018 prometeu receber trecho por trecho. Eu não fui recebida. E a demanda que mandei para o gabinete dele em setembro do ano passado, até hoje, eu não tive resposta.

Quando um cidadão traz uma demanda para um Vereador, ele representa uma rua, duas, três. Ele precisa ser ouvido. No gabinete, todos têm que entender que somos cidadãos e que eles são funcionários públicos, concursados ou comissionados, que estão para atender a população.

Também gostaria de saber por que o túnel da Cecília Lottenberg não foi concluído. Onde está o dinheiro?

Os vinte e dois anos da Operação Urbana Água Espreada, quantas favelas foram desapropriadas e quantas moradias foram concluídas? A Defensoria diz que 60 mil pessoas vão ser retiradas do seu território. Quantos séculos vai demorar para acontecer essas moradias?

Quero saber se nós de Santo Amaro vamos virar morador de rua, morar embaixo de viaduto porque a indenização não vai dar para comprar no nosso bairro. (Palmas)

Eu queria dizer que meu filho de sete anos de idade – criança tem sentimento -, na semana passada, o pai dele estava viajando, como eu venho nas audiências, para tratar de demandas. Ele falou mamãe: “quando você e papai forem para o céu virar estrelinha, quero

continuar morando na nossa casa e a casa do vô também; e eu vou pedir para o Vereador que a senhora vai conversar para reformar a praça que está caindo e construir uma casa na árvore”.

Será que a pequena mudança que nós estamos pedindo, realmente, ele vai morar na casa da árvore ou nós vamos ser ouvidos como cidadãos, moradores, com respeito.

Vergonha e o que está acontecendo; vergonha é assinar aditivo de contrato de creche na cadeia porque o advogado foi levar na cadeia um aditivo de 1,8 milhões; vergonha é cemitério São Paulo Araçá, onde não tenho coragem de entrar, só morador de rua, arrombamento de túmulo, depois fazem concessão, antes de o envelope ser aberto, tudo munda já sabe quem ganhou. Não sou eu quem está falando. É o jornalista da Band.

O que está acontecendo?

Vim aqui para cobrar os meus direitos, os direitos de Santo Amaro, para dizer que Angelo de Luz Alvares Lobo não passa viário. Vão nas alternativas que nós demos, porque nós vamos lutar. Se eu tiver que me amarrar em portão de Câmara e me acorrentar, como fez o senhor da Associação dos Moradores de Rua, eu vou fazer. Eu fui no Diretas Já e Fora Collor. Fui em tudo quanto é manifestação. Gosto de manifestação. Quem me conhece sabe que eu gosto de dialoga, mas também sei defender aquilo que acho justo. (Palmas)

Então, eu quero o mesmo tratamento que é dado para as construtoras. Queremos ser ouvidos. O Vereador Milton Leite chegou atrasado em outra audiência também. Ele falou que ia nos receber. Tem que receber. Ele é o Presidente da Casa, e nós somos cidadãos, e os senhores, também. (Palmas)

Eu estou respondendo o porquê não participei antes das audiências.

O SR. ANTONIO DONATO – Vereador Paulo, eu só queria entender. Qual é a modificação que a senhora está propondo? Fale ao microfone, por favor.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Eles estão propondo passar em três ruas que são residenciais. Moradores desde 1970. Só que tem uma rua colada que é muito mais larga e a depreciação vai ser muito menor.

O SR. ANTONIO DONATO – Qual rua que é?

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Gibraltar.

O SR. ANTONIO DONATO – Paralela com a Barão de Rio Branco.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – É uma. Nós demos outras alternativas: Barão do Rio Branco é uma rua. Dá uma passadinha lá. Se o senhor conhece, é uma rua altamente degradada.

Agora, eu queria agradecer quem tentou nos ouvir, porque a gente não pode ser ingrato. Da última vez que vim aqui: Assessora da Erika Hilton; Assessor do Paulo Frange; Vereador Goulart; Donizete que, infelizmente, faleceu; o Elmer. Ele se propôs a nos ouvir. São pequenos passos, mas o projeto está nos atropelando. Acerta com um muda. Vamos sentar e acertar não só o trecho de Santo Amaro, que vou defender com unhas e dentes até a morte.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Fabiana.

Nós temos aqui alguns Vereadores da Comissão de Política Urbana. Você já conhece a gente. Alguns Vereadores não estão aqui. O projeto está conosco, na Câmara. Então, todas as mudanças que acontecerão daqui para frente serão com os Vereadores da Câmara. É uma votação de 37 votos. Não é uma votação fácil. Portanto, é muito importante que você leve e escolha uma pessoa que possa ajuda-la nesse processo, qualquer um dos Vereadores que estão aqui. Escolha algum. A gente está à disposição. A Comissão de Política Urbana também como um todo. (Pausa)

Vereador Goulart? Está bom. Okay.

É isso, gente. Esse projeto está na mão do Legislativo, portanto há 55 Vereadores, todos vocês podem participar conosco – e é muito importante que participem.

Com a palavra, Ricardo Ribeiro.

O SR. RICARDO PAGANELLI RIBEIRO – Olá, tudo bom?

Meu avô foi botina amarela de Santo Amaro. Sou vizinho da Fabiana, do pessoal da Álvares Lobo, morador da Rua Ângelo de Lúcia, n. 219, 220 e 223. Sou morador lá há 42 anos.

Eu vou ser breve, porque confesso que sempre venho a essas audiências, todo

mundo sempre fala as mesmas coisas e o projeto não muda. Com todo o respeito aos arquitetos, aos engenheiros, mas a gente fala, fala, fala e ninguém muda nada. (Palmas) Toda vez a gente vem, eu venho com a Fabiana, com os moradores da Álvares Lobo, e a gente fala sempre: a nossa rua é residencial. Ali foi brejo, passa o caminhão de lixo e as casas todas tremem. Como vai passar ali uma avenida gigante? É um absurdo.

Eu convido vocês, arquitetos, o engenheiro, a tomar um café na minha casa e conhecer a região, porque vocês não conhecem. Desculpa, com todo o respeito, mas vocês não conhecem a região. Há outras ruas que dariam para seguir o projeto da Laguna, basta ouvir e anotar os pedidos dos moradores locais.

É lógico que todo mundo aqui tem seus problemas, tem seus apontamentos de melhoria no projeto, mas eu acredito que basta ouvir com calma cada região que o projeto vai ser muito bom. Ele já é muito legal, mas pode melhorar muito mais.

Apenas fazendo um parêntese aqui, o projeto da Laguna, é fenomenal – não sei se vocês participaram, mas é fenomenal –, mas quem mora na região sabe que o projeto poderia passar duas ruas acima e ele seria extraordinário. Não sei se vocês participaram disso, o projeto é o legado que viabilizou as incorporadoras e projetos, comércios que não são locais.

Então a gente queria mobilizar vocês a conhecerem melhor a rua, conhecerem melhor o local que vocês estão propondo. Sabe, acho que todo mundo aqui, pelo menos da minha região ali, está disposto, de casa aberta para oferecer um café e conversar, andar no bairro. Sabe, é um absurdo querer passar essa avenida gigante onde vocês nem conhecem, com todo o respeito.

Eu moro lá há 42 anos e eu estou com a casa aberta, com o coração aberto para vocês conhecerem. Porque a gente vem toda vez e não muda nada. Esses *slides* eu já vi, até decorei, com todo o respeito. (Palmas) É um projeto legal, mas ninguém muda.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Ricardo.

O próximo é Allan Ramalho, da Defensoria Pública.

O SR. ALLAN RAMALHO FERREIRA – Boa noite a todos e todas, Vereadores, Poder Público, população.

Venho esta noite trazer algumas preocupações da Defensoria Pública, que ainda permanecem. A Defensoria Pública tem demonstrado preocupação desde o começo do projeto, ajuizou uma ação civil pública. Ela foi julgada em primeira e segunda instância, chegou ao STJ e houve uma suspensão de segurança.

Nesse curto tempo, a primeira preocupação é com a participação popular. A gente tem a necessidade da constituição dos conselhos gestores, nas áreas de ZEIS 1 e ZEIS 3. É muito ruim que esse projeto seja apresentado a conselhos gestores que ainda não se formaram, nesse nível de detalhamento. Então a margem de decisão desse conselho gestor fica extremamente comprometida pela própria composição do conselho, embora a gente tenha a participação da sociedade civil, a participação dos moradores ainda fica minoritária, por isso é muito importante que o instrumento conselho gestor seja associado a outros instrumentos, como consulta pública, audiência pública, uma oitiva mais próxima da população que será diretamente atingida. E o PIU não excepciona a necessidade dessa constituição.

Outra preocupação bastante presente é a questão ambiental e principalmente no estudo mais global dos impactos ambientais. É certo que cada empreendimento vai ter seu processo de licenciamento, mas é necessário que haja um estudo de impacto ambiental mais amplo, que possa contemplar os impactos de todo o projeto e não apenas, especificamente, cada empreendimento ou cada licenciamento.

E também o impacto de vizinhança, mesmo porque haverá um impacto na mobilidade muito grande, a atração de uma população, um aumento de densidade construtiva e demográfica. Por isso todos esses aspectos precisam ser analisados também.

Então um pleito da Defensoria Pública, as ações ainda continuam em curso. Houve uma vitória em primeira e segunda instância, mas ainda será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça. E como esse projeto chegou à Casa Legislativa, nós temos com certeza Vereadoras e Vereadores muito preocupados com todas essas situações, chamo a atenção das Sras. e dos

Srs. Vereadores quanto à necessidade da constituição do conselho gestor, à necessidade de um estudo de impacto ambiental e à necessidade de um estudo do impacto de vizinhança sobre todo o projeto e não apenas nos fragmentos dele, e os processos de licenciamento.

Queria também trazer os cumprimentos da Defensoria Pública e essas contribuições à audiência pública, agradecendo a oportunidade da palavra.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Allan. Muito obrigado pela fala.

Com a palavra, Mara Souza, do Pantanal, Capela do Socorro. Em seguida, Tereza Arrais.

Tem a palavra, Mara.

A SRA. MARA SOUZA – Obrigada. Boa noite.

Só vou falar para vocês: olhem a diferença da participação do público entre a última audiência que a gente participou, lá na Câmara, e hoje aqui. Para ver a importância de se fazer audiência no território. Estão vendo a diferença da quantidade de pessoas? (Palmas) Toda a Comissão tem que ir aonde o povo está. Tem gente que não tem condição de pagar condução, essas coisas, e é isso que vocês têm de fazer mesmo, ir para o território.

Ana, mais uma vez, na sua apresentação...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARA SOUZA – Eu moro no Socorro, cada um vai falar aqui pela sua região: a Tereza, depois de mim, vai falar pela Vila Andrade; o Guilherme vai falar por Interlagos e eu vou falar pelo Socorro. O Luiz vai falar pelo Jurubatuba, que é Stevaux.

Socorro, Canal Guarapiranga. Se eu falar Canal Guarapiranga, vocês vão me reconhecer, porque no Canal – vocês viram – há uma comunidade. Nessa comunidade moro eu e essa segunda fileira de bancos.

A Anna disse, na apresentação agora, que vai preservar. Só que, passando alguns *slides*, a Ana mostra uma via parque. Eu não quero, eu fico indecisa, sempre, por isso eu bato

nessa tecla, porque a Ana fala uma coisa e, quando eu vejo os *slides*, eu vejo outra coisa. E eu não sei: fica ou não fica?

Comunidade Pantanal, que hoje é conhecida Marginal 2.3 e Ptolomeu, ela vai ser mantida no local, não vai ter intervenção ou vai ter com essa nova marginal, que eu estou vendo ali, atrás da Bayer, que foi colocada como Guido Caloi, do outro lado. O Milton Leite até disse que era uma nova marginal, na última reunião que a gente teve com ele. Se vai ser afetada ou não? Essa via parque, que está ali, ao lado da empresa Bayer, que hoje é um estacionamento à venda. No local está subindo prédios todos os dias, tem quatro incorporações para serem iniciadas, o que vai ser do meio ambiente ali, os impactos ambientais naquela região? Para onde vai escoar a água, onde vai passar tanto carro? Quais são as outras melhorias no viário, que vai ser feito? Isso também não foi mostrado. Tipo assim, vai construir, vai jogar o povo para morar e depois? Vai trazer mais o quê para cá?

Como eu já disse na última reunião, o projeto em si, para quem olha, é bonito, só que a gente já é macaca velha. Eu não uso nem bota amarela, eu ando é de pé no barro mesmo. Eu ando descalça, de pé no barro. (Palmas) Eu nem uso bota amarela, bota preta. A gente já está tão escaldado, quando vê esses projetos, que eu não consigo – desculpa – confiar no que eu vejo aqui. Eu não consigo confiar em vocês. Sim, de fato, é um ano de eleição, é um ano bem agitado, bem animado, bem gostoso para pedir voto, para lutar e a gente quer ver de verdade quem de vocês aqui vai, de fato, defender o povo para honrar o voto que a gente vai pedir na urna para vocês. (Palmas) Porque muita gente aqui vai sair para pedir voto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, muito obrigado, Mara Souza.

A próxima é a Tereza Arrais, da Articulação da Vila Andrade.

A SRA. TEREZA DJANE ARRAIS – Boa noite à Mesa. Boa noite à população.

Hoje nós estamos ocupando esta casa, que é nossa. A casa é do povo, tanto na Câmara quanto aqui. Quando a Câmara está no bairro, a gente está também, então a Câmara é o povo, na realidade. Agradeço por vocês terem vindo.

Eu queria falar o seguinte: primeiro, uma fala do Dr. Allan que é relacionada à questão

das áreas de ZEISs, Zona Especial de Interesse Social. Trinta por cento dessas ZEISs estão na Vila Andrade, mais de 30% estão diretamente ligadas a todo o trajeto do PIU. Uma hora a gente chama de projeto, outra hora de Plano de Intervenção e, como vocês, eu também fico na dúvida. O que que é projeto e o que que é Plano de Intervenção?

A outra é a questão relacionada às áreas de ZEISs, que são os conselhos gestores. Quando a gente vê a apresentação do *slide* da gestão, que vai se dar diante desse projeto, nós não vemos ali a cadeira do conselho gestor de ZEIS. A gente vê cadeiras com a sociedade civil. A sociedade civil vai defender cada um o seu quinhão e o conselho gestor de ZEIS entra onde? O conselho gestor de ZEIS é um instrumento urbanístico que faz com que a população discuta o direito à cidade. Não adianta colocar viários lindos e maravilhosos e, quando se marca uma audiência pública, a gente não sabe como chegar nem no território, porque a gente dá voltas para poder chegar e ter um transporte que venha nos deixar aqui. Certo?

Outra questão é o chave a chave. Remoção, só com a chave na mão. (Palmas) A gente só sai da nossa casa para ocupar a nossa casa no projeto de moradia digna. Não adianta prever remoção, mesmo com os processos de reintegração de posse, para não ter onde colocar o povo. Ficar à mercê de se fazer a outorga onerosa, de se pensar será que o conselho da AIU Jurubatuba vai aceitar demandar o que ela arrecadou para a Vila Andrade, para construir as moradias? Eu não sei, eu não faço parte desse conselho. O conselho gestor não faz parte desse conselho.

Então como a gente vai colocar em discussão o direito à cidade e o direito à moradia digna se não tem o conselho gestor implantado e se a gente for suprimido por outra legislação urbanística, como é o PIU.

É isso que a gente quer. Nós queremos resposta. Nós queremos moradia digna e nós queremos o chave a chave. Não abrimos mão disso.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Tereza. Muito obrigado.

Com a palavra Guilherme Rodrigues, da Comunidade Interlagos, e, em seguida,

Eloisa Martinez, de Veleiros.

O SR. GUILHERME RODRIGUES – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa.

Eu trago o mapa para a gente discutir a questão do viário da região de Interlagos, especialmente a Comunidade Manuel de Teffé, conhecida como Morrão, e ali passa também parte da Vila da Paz.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. GUILHERME RODRIGUES – Então, para explicar para a população, a gente mostra o mapa assim, fica difícil de entender.

Essa linha vermelha é onde o viário vai passar, em cima da casa das pessoas, de nós moradores. O vermelho ali é remoção. E a minha pergunta é: assim que o projeto for aprovado, essas casas que estão no viário serão removidas? Se sim, quando? O valor que seja para essa área do autódromo corresponde ao valor das moradias? Porque se a gente olhar mais em cima, ali perto onde está aquela faixa amarela, tem um terreno de ZEIS 3. O que seria interessante é construir lá a moradia primeiro e depois fazer a remoção. Só que não é isso que está no projeto. Queria saber se tem como implantar isso no PL, bem claro. Como a gente já vem pedindo, desde 2018, a mudança de algumas palavras do artigo 16, algumas palavras poderão ser atendidas. Poderão não quer dizer que serão atendidas com esse valor. Essa linha vermelha, que vai passar em cima da Comunidade do Morrão, vai sair? Essa é a pergunta. Se vai sair, quando? Como? Vai construir primeiro as moradias e depois entregar aos moradores o chave a chave? Porque é isso que a gente quer saber.

Projeto de viário a gente sabe que vai acontecer, mas a gente quer saber sobre moradia. As nossas casas, como vai ser: vai tirar, vai deixar no aluguel social. Vai – sei lá – jogar a gente na rua e depois, uns 10 anos depois, os prédios que serão construídos aí, quem vai morar neles?

Pode passar, por favor.

E essa é a comunidade. Quando aparece naqueles mapas gigantescos, eu como arquiteto, entendo, mas a população não, não sabe nem de onde são as comunidades. Então,

ali é o autódromo, aquela é a comunidade de que estou falando, do Morrão. O nome técnico dela é Manuel de Teffé, Mato Verde I e II, que muitos moradores não sabem, mas quando estão falando nos mapas e apresentações, é o Morrão.

Hoje eu vou falar especialmente do Morrão, mas também tem a Vila da Paz, com o alargamento da Interlagos e tudo mais. Tem um sistema viário que eu não consegui achar o arquivo para colocar nessa apresentação para a gente discutir, não tem o KMZ. Porque a gente tem a noção das casas que irão sair.

Essa é a comunidade. Quando eu falo do Morrão, essas são as fotos da comunidade, para vocês conhecerem também. Essas setas amarelas que arquiteto costuma colocar é para identificar as passagens. Então, às vezes, não precisa retirar toda a comunidade, não há necessidade de tirar toda a comunidade. Pode sim, tirar algumas casas. Tem vários métodos e mais baratos, porque quando tira toda a comunidade nunca sobra dinheiro para construir todas as casas para os moradores. E aí, vamos para o aluguel social? Para onde nós vamos? Essa é a pergunta, como vai ser feito?

E, naquele mapa ali, toda essa parte em vermelho é o melhoramento viário. Essa parte amarela é a Comunidade Jardim Cristal e o Morrão. A gente pode ver que o Morrão está passando bem aqui embaixo, em cima das casas, e novamente a pergunta: assim que o projeto for aprovado, haverá remoção?

Pode passar o próximo *slide*.

Minha pergunta é essa: vai ser chave a chave?

Esse é o último *slide*. O que está mostrando aí é o projeto para o Morro. Muitos, dentro do território, duvidam quando a gente passa e conversa. Ah, não vai sair. Vai sim, esse é o projeto. E eu quero ter a palavra da Mesa que sim, o viário vai passar por cima das comunidades, vai tirar as casas sim das pessoas. Como isso vai acontecer? E nós queremos chave a chave. Primeiro constroem as habitações lá na ZEIS 3, que é um território da EMAE, faz a negociação – não sei como funciona isso – faz o melhoramento viário e tira as pessoas.

É assim, chave a chave. Não queremos ficar no aluguel social. Não queremos ir para

debaixo da ponte. (Palmas)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Guilherme. Obrigado.

Com a palavra, Eloisa Martinez.

A SRA. ELOISA MARTINEZ – Primeiramente, boa noite a todos.

Eu sou moradora de Veleiros, bairro de Socorro, Suzana. Estamos sabendo que parte desse projeto passará pelo bairro. Mas parte desse projeto já está sendo feito ali, porque pela Rio Bonito, há várias construções de prédios em andamento, sendo levantados vários prédios, sem nenhum estudo de impacto ambiental. A represa está totalmente poluída.

Qual impacto ambiental a mais que vai ter na região ali de Socorro, Veleiros, Guarapiranga e Interlagos? Fora as construções de prédios, baladas, já estão mudando o bairro, já estão mudando a região como um todo. Então qual impacto a mais vai ter e eu gostaria de saber: aquela região terá desapropriação ou não? Qual será a parte do bairro que será desapropriada? Terá alguma desapropriação ou não? Porque estamos sabendo que algumas avenidas passarão por trás desses prédios e abrirão essas avenidas lá. Então minha pergunta é essa: nessa região terá desapropriação? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Eloísa.

Sonia Mayumi Nakano, do Cades de Santo Amaro, e Luís Geraldo de Oliveira, da Associação Campo Grande.

A SRA. SONIA MAYUMI NAKANO – Boa tarde a todos da Mesa e às pessoas do auditório.

O que me trouxe aqui, é a primeira vez que estou participando dessa audiência, desse PIU que eu desconhecia, embora eu seja do Cades Santo Amaro, Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz de Santo Amaro. Eu sou moradora do Campo Grande e o que me traz aqui é a oportunidade de, aproveitando esse PIU, que é esse olhar para toda essa área aqui da região Sul, que pega esses três locais, essas áreas grandes, e eu venho trazer a questão da mobilidade urbana, uma conversa da região Sul com a

cidade de São Paulo, o acesso do cidadão da região Sul para o Centro da cidade de São Paulo.

Nos últimos anos, o único modal que nos restou é sobre rodas. A gente só tem o corredor Norte-Sul para chegar no Centro da Cidade. Então eu venho aproveitar aqui e solicitar, uma vez que se vai trabalhar essa centralidade, como que vai ser a relação, a ligação entre a região Sul e o Centro da cidade de São Paulo. Muitas pessoas aqui trabalham, têm que se deslocar para o Centro, então se eu não aproveitar este momento, quando vou aproveitar?

Porque do lado de lá da Represa, Campo Limpo, o quanto se desenvolveu com a chegada do metrô. Agora, o pessoal que mora em Parelheiros, Capela do Socorro, Interlagos é só sobre rodas. Sendo que na zona Leste existe o metrô e em paralelo o trem CPTM. Mesmo assim, quando um tem greve ou acontece algum problema, já é um transtorno. Só que aqui a gente vive isso diariamente, porque a gente não tem outro modal sem ser rodas, sem ser ônibus e como o pessoal chega lá.

Então eu tentei trazer essa questão para que vocês considerem como que vai ser. Dá para entender? Não sei se vocês têm noção de como é que a gente vive e como que a gente acessa o Centro. Porque ter coragem de dizer, como Mário Covas disse, que Santo Amaro tem metrô que leva a São Paulo, mas metrô via Osasco? Para chegar no centro da Cidade a gente tem que ir para Osasco; ou ir em Pinheiros, naquele redemoinho, ou tem que parar em Santo Amaro, na estação, se matar ali para conseguir entrar naquele fluxo. Gente, a gente precisa, nem que leve 30 anos, a gente precisa de outros acessos, outros modais para chegar no Centro de São Paulo.

Outra questão que trago é em relação ao centro histórico, o eixo histórico de Santo Amaro, que vocês estão agora pensando em aumentar o gabarito. Eu participo do Hilasa, que é o Instituto de História, Letras e Artes de Santo Amaro. Realmente isso é fora de cogitação, verticalizar o Centro Histórico de Santo Amaro, como está sendo falado, como a gente já está vendo que está acontecendo. A gente vai ter um centro de Santo Amaro totalmente sombreado, como é o Centro Velho da cidade de São Paulo. Então é assim que se abre caminho para isso.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Excelente. Obrigado, Sonia.

Luís Geraldo, da Associação Campo Grande.

O SR. LUÍS GERALDO – Boa noite a todas e a todos. Eu sou representante da Comunidade de Jurubatuba. Essa comunidade fica aqui do lado, em frente à faculdade.

Eu fiquei muito preocupado, nessa apresentação que a Ana fez. Dessa vez eu não entendi a questão da via que vai passar na Comunidade, e aí a gente fica preocupado, porque as famílias que vão ser removidas, a gente tem que dar um atendimento para essas famílias.

Que nem os companheiros falaram aqui, aluguel social a gente sabe que é muito triste, essa questão do aluguel social. E essas famílias têm que ser atendidas, como meu companheiro Guilherme falou, remoção com chave na mão. Elas vão ser removidas depois, antes. Isso é muito... deixa uma dúvida, que nem o Vereador Alfredinho falou, a gente fica muito preocupado.

Esse projeto, eu acho que ele teria que ser mais esclarecido. A questão do conselho gestor, esse conselho teria que ser criado antes da votação desse projeto ou junto com a votação desse projeto, para que a sociedade discutisse, os conselhos gestores discutissem essas questões da moradia da população. Se não for assim, isso pode ser um massacre para a população de baixa renda, e a gente fica muito preocupado.

A questão da extensão da Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, vai passar corredor de ônibus, vai ter extensão até a Avenida Adolfo Pinheiro, e aí a gente fica preocupado também. Essa transformação aí traz bastante acúmulo de movimentação nessa avenida. Eu estou com cinco ofícios de pedidos de melhorias nessa avenida, porque é muito preocupante os rachas que tem aí, a falta de segurança, tem muitos acidentes. Eu fico imaginando quando for passar o corredor de ônibus, como é que vai ficar essa avenida.

A Comunidade da gente tem 35 anos e a gente já teve muitos problemas com a vinda dessa mudança para cá para o bairro. Quando a gente chegou aqui, na década de 1980, era um bairro industrial. Aí veio a melhoria, mas a gente foi ameaçado. A gente não participou dessa melhoria. A gente vive preocupado, porque a gente não sabe o que vai acontecer.

Para a gente se manter na Comunidade, a minha vida era na polícia do GAECO, na polícia do SIG, fazendo denúncias das construtoras que estavam fazendo parcerias com os funcionários da Subprefeitura de Santo Amaro. Então a gente sabe a afetividade que têm esses gestores públicos com esses empreendimentos, e isso é muito preocupante.

Para a gente se manter aí eu fiz um pedido de concessão especial para moradia coletiva e a gente está com força de uma liminar. E eu fico pensando, preocupado, porque esse projeto vem e a gente sabe que é um benefício, é melhoria, mas a gente fica preocupado. Então que seja um projeto coletivo e uma melhoria para toda a população, não só para uma parte, não só para instituições financeiras.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Luís Geraldo.

Luís Estouro, ambientalista da Rede Poupa Mais Tempo, e Regina Célia Ribeiro, da Comunidade da Olaria.

O SR. LUÍS ESTOURO – Devo estourar, nobre Vereador, ou não?

Boa noite à Mesa. Boa noite, pessoal da audiência pública do PIU Arco Jurubatuba.

Estão aqui alguns papéis, já participei de várias audiências dessas. Primeiramente quero dizer que a gente vem aqui, assina, compõe-se a redação, de repente você vai lá, vê todo o projeto e vê que não muda nada. Chamou audiência pública, convocou, mas aquilo que você vem falar aqui, gastar saliva, falar no microfone, alto ou baixo, não funciona, porque não é contemplado.

Eu mesmo, pessoalmente – não foi, Anna? -, lá na Secretaria Especial de Licenciamento e Urbanismo, lá no Centro, prédio bonito, cheio de mármore, muito bacana, muito ar-condicionado, todo mundo de pompa. Não tem mais ninguém quando começou o Projeto PIU Jurubatuba dentro daquela Secretaria, porque muda a gestão. Muda a gestão, continua empurrando dentro das nossas goelas, sem ouvir a população. Eu gostaria inclusive de pedir que constasse nas Notas Taquigráficas desta audiência pública a minha muito bem clara e objetiva fala.

Estão querendo empurrar lixo para a gente. Estão querendo fazer o Parque do Lixão para virar sabe o quê? *Playground* para as mansões, para os prédios que vocês vão construir, na piscina de rico! Estão querendo empurrar um Parque da Telefunken, que eu não sei que negociata é essa, que na última vez estava oito milhões. querem pagar no terreno desse tamanhozinho!

E a menos de um quilômetro ali para frente tem o Parque do Chiquitão, uma área de Mata Atlântica preservada na cidade de São Paulo, que tem potencial de parque, é só decretar! Aí não, “vamos fazer o Parque do Autódromo, porque está tudo muito fácil, está tudo retinho, vamos pegar os brinquedinhos que sobraram da reforma da pracinha, põe lá uns equipamentinhos de ginástica, vira um parque, a população vai lá”! Palhaçada, isso aí! Está errado! Tem que ouvir o povo!

E é o seguinte: o Parque Chiquitão é uma das melhores propostas para a cidade de São Paulo! Não é roda gigante ali que vai colocar. É um parque que liga, triangula com o Sesc Interlagos, triangula com o Autódromo de Interlagos e é uma das maiores áreas de reserva que nós temos, e é no pé do Rio Jurubatuba! Entre o Rio Jurubatuba existe uma usina elevatória de Piratininga ali, e ali do lado, exatamente do lado, é o Parque do Chiquitão.

Eu vi que colocaram Ponte Vitorino Goulart aí, que era na Miguel Yunes tudo! Por quê? Porque tem conveniência, tem um vereador aqui que defende isso aí, defende o nome da família ferrenhamente. Eu quero saber quanto é que vai ser essa negociata do Parque da Telefunken, quem vai levar vantagem, qual o valor atualizado! Vai tirar dinheiro do povo para pagar parque! Quais são as negociatas? Quem é o dono desse Parque da Telefunken?

Meu nome é Luís Estouro! Quero respostas.

- Manifestações na plateia.

O SR. LUÍS ESTOURO – Alfredinho, Rodrigo Goulart, Fiorilo, Mesa, Secretaria Municipal, Prefeito Ricardo Nunes é solidário à nossa causa! Pediu imagem do drone, mandei! Ele é favorável, ele quer desenvolver a zona Sul, sim, com todo o seu potencial! É Parelheiros, Grajaú, Cocaia, Eliana, Primavera, IV Centenário, Jardim Colonial, Praia Paulistinha, Vila da Paz,

Jardim Satélite! Está todo mundo junto! Vamos desenvolver a comunidade, mas com racionalidade. Audiência pública não é para fazer o povo de idiota, não! É para ouvir o povo e acatar!

- Manifestações na plateia. Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Eu preciso dar uma explicação agora, até porque de todos aqui eu sou o mais velho, então eu tenho pelo menos o direito de explicar. Eu tenho sete mandatos, o mesmo número de mandatos que tem o Vereador Milton Leite, que não está presente aqui agora, justificou a ausência, mas tem representantes aqui. Desde que eu cheguei na Câmara até agora, nunca um projeto entrou e saiu igual. Ele é muito, muito alterado pelos vereadores.

Eu fui Relator da Lei de Zoneamento, que é o maior projeto de participação popular da história do Parlamento de São Paulo. Só nós, da Câmara, os vereadores que estão aqui, fizemos 48 audiências públicas. Mais de 80% de todas as transformações da Lei que dá o uso do solo da cidade de São Paulo vieram de audiências públicas em que vocês trouxeram as contribuições. Numa época, em 2016, que não tinha a história da pandemia, mesmo assim 50% de tudo que entrou veio pela internet, pessoas idosas que não podiam contribuir, não podiam vier às audiências públicas e mandaram por um canal *web* que nós mantivemos aberto.

Então esse projeto, com certeza absoluta, será muito transformado ainda, muito transformado. E vai ser transformado pelas pessoas, principalmente que conhecem bem a região, os vereadores da região, ou os que têm trabalhos na habitação, ou os que têm trabalhos na área de arquitetura, urbanismo etc., mas ouvindo vocês.

É muito importante a participação de vocês, por isso que é taquigrafado, isso fica documentado conosco. É muito comum, durante as audiências, durante o preparo de projetos, a gente pedir as Notas Taquigráficas para reler o que foi dito aqui. Agora há pouco nós vimos algumas contribuições, tem contribuições interessantes que estão vindo, nós também temos muito a agradecer a vocês por essas contribuições.

É o território de vocês, não é a casa nossa. Nós estamos aqui para representá-los

na hora de votar. Por isso que essa votação é importante, ela não é feita com 28 votos, é com 37, é uma votação bem qualificada, não é qualquer projeto que passar por isso. Então fiquem tranquilos.

Nós também temos dúvidas. Eu deixei uma dúvida logo que eu cheguei, com relação a desapropriações. Nós vamos levantar e tudo. Com relação à Telefunken, é uma empresa que faliu, tem dívidas, muita dívida, deve ter uma montanha de dívidas com o Município, então, uma área dessas, muitas vezes é muito melhor você trocar a dívida de IPTU e transformar em parque do que deixar lá fechado como massa falida.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós não temos os números. Eu fiz o...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – No início da sessão eu pedi à Anna que levante as desapropriações, os valores e...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, tem muita, tem passivo ambiental, tem problema com o meio ambiente. E dá certo.

Aqui onde nós estamos vocês conhecem melhor do que eu, esta é uma das poucas áreas que foram tratadas ambientalmente corretas na zona Sul, aqui, o prédio do Senac. Lembram disso? Lembra da construção daqui? Pois é, esta área tinha uma contaminação com produto extremamente tóxico, esta daqui. E é um dos melhores tratamentos ambientais que nós temos na zona Sul inteira, esta área onde nós estamos aqui. Quando a gente tratou desse assunto em CPI de contaminação, muita gente achou que não ia dar em nada. Deu, o resultado está aqui onde nós estamos, todos nós andando por aqui.

Apenas para deixar vocês seguros, é o seguinte: o que está sendo dito aqui, gente, é levado a sério, sim. Fiquem tranquilos. Não há nenhuma dificuldade de fazer mudança. Algumas mudanças são intransponíveis porque nós temos que ouvir também Procuradoria do Município. Nós somos acompanhados pelo Ministério Público, pela Defensoria, todos os órgãos

que podem participar nesse projeto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós vamos fazer três audiências, agora, em seguida, uma aqui, outra em Interlagos, outra na Câmara, aberta para todos e para quem vai lá também, para que a gente possa fazer uma última, entre aspas. Nunca tem última, porque, se tiver ainda pendências, como acontece muitas vezes, nós vamos fazendo. Nós temos pressa para aprovar, porque nós queremos trabalhar com isso, mas nós não vamos fazer com a pressa sem ouvir tudo e tirar todos os erros, em hipótese nenhuma.

Nós temos até o fim do ano para conduzir esse processo aqui, tranquilo. Está marcado para ser um dos projetos prioritários do Governo, essa zona Sul. Nós vamos votar o Centro agora, o próximo projeto é o PIU, este aqui. Por isso que nós vamos nos dedicar muito a esse projeto, para que a gente possa ouvir o máximo daqui.

Vocês têm vereadores da Bancada que moram e vivem aqui, vocês têm o Prefeito que mora aqui, o Presidente da Câmara que mora aqui, enfim, Goulart, Donato, Alfredinho. Tem muitos, a Câmara está cheia de vereadores da zona Sul, e todos têm interesse aqui na região. Nós também temos. Eu trabalho na Política Urbana desde 2002. Esse é o nosso trabalho, ouvir o máximo de vocês com responsabilidade.

Regina Célia, da Comunidade Olaria.

A SRA. REGINA CÉLIA RIBEIRO – Boa noite, Mesa. Boa noite, companheiras e companheiros que estão aqui hoje. (Palmas)

Eu quero dizer que eu venho numa luta de moradia desde 2011 com a minha comunidade. Em 2011 eu lutei, em 2017 eu lutei, em 2022 agora eu estou aqui de novo com o meu povo. Sempre a mesma ladainha, sempre a mesma coisa, todo ano, todo ano, todo ano, e nunca tem resposta, nunca a gente tem resposta. Agora em 2022 veio o Jurubatuba, um projeto bom, não é? É bom, maravilhoso, lindo. Mas o que adianta, gente, ter um projeto, querer fazer parque, querer fazer um monte de coisas, querer reintegrar nós, das comunidades, que temos famílias, construímos vidas, onde há idosos. Há pessoas que construíram famílias imensas lá.

Na minha comunidade há mulheres que têm seis-sete filhos, com uma vida toda lá dentro. Agora vem tudo de novo com a mesma história.

É um projeto bonito? É. Pode fortalecer? Pode. Mas ele pode ser melhor ainda se vir uma reintegração, se vir com a chave na mão. É o que nós vamos querer. Não vamos largar de mão, não. A minha população está aqui hoje, não está em massa, não, mas o que deu para vir está aqui. (Palmas)

Tenho certeza que eles não querem auxílio aluguel. Não. Vocês querem isso?

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA CÉLIA RIBEIRO - Nós não queremos. Nós queremos chave na mão. Porque é um direito nosso, é uma vida inteira que nós tivemos lá. Nós lutamos, cuidamos do local. Porque se não quisessem que nós tivéssemos moradia, que impedissem no começo. Em 72, não impediram, agora querem impedir em 2022? Não, né. Parem, nos ajudem, pelo amor de Deus.

Digo e repito, nós não vamos abaixar a cabeça. Se tiver de ir para a rua, nós vamos, se tiver de lutar, também vamos. Só que nós queremos chave na mão. Que venham, mas que venham com a chave na mão. Meu povo quer o quê?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vou passar a palavra para a Vereadora Sílvia da Bancada Feminista. Em seguida, Ronaldo de Oliveira, da *Gazeta de Santo Amaro*.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa noite a todos, todas e todes.

Quero cumprimentar os moradores e moradoras, em especial a D. Tereza, da Vila Andrade, o Guilherme, o Sr. Francisco, que estão presentes, assim como a Mara, enfim, gente que eu conheço. Não conheço todos. Também não moro na zona Sul, mas já andei muito por aqui. Cumprimento a mesa, meus Colegas Vereadores e os representantes do Executivo.

Quero falar que, apesar de não morar na zona Sul, o compromisso do nosso mandato é exatamente com a moradia popular. O direito a essa moradia popular tem de estar garantido

em todos os projetos que passam pela Câmara Municipal.

O PIU Jurubatuba tem um perímetro muito extenso, são 40 favelas, 40 comunidades, e a maior preocupação das pessoas que moram nas comunidades é a de não serem removidas e ficarem na mão. Elas querem ficar com a chave na mão. (Palmas)

Por onde eu fui, junto com o Vereador Donato, na Vila Andrade, pela Comissão de Política Urbana, visitamos várias comunidades que já estão com pedido de reintegração de posse pela CTEEP, pela Petrobrás, pela Enel. A preocupação dessas pessoas, dessas três mil famílias, é que não querem sair dali e ficar anos e anos no aluguel social. (Palmas) Não dá mais.

O projeto que aprovamos da Água Espriada e também da Água Branca demoraram 10 anos para sair, depois que as famílias foram removidas. Agora vai sair a construção das moradias. Não dá para esperar, ficando 10 anos em aluguel social, recebendo R\$ 400,00, que não dá para pagar nem um quarto de aluguel. Não dá. (Palmas)

Estou falando isso porque essa é a maior preocupação quando vem um projeto desses.

É óbvio que todo mundo quer investimentos, dinheiro e que tenha progresso, mas o progresso não pode significar a expulsão das famílias do território. Nesse sentido, como são muitas comunidades, eu acho que deveria ter mais recursos para fazer HIS, passar de 30% para 40% para moradia de interesse social. (Palmas)

A outra questão é que as HISs têm de ser construídas dentro das ZEIS e não no perímetro expandido. Porque as pessoas querem continuar morando perto de onde já moram, não mudar criança de escola, é importante ser perto de onde já mora, porque é perto do trabalho, da escola, perto da UBS de referência, que é perto de tudo.

A questão da chave. Vejam bem, não tem como mais esperar os recursos que forem arrecadados. Não dá mais para esperar todos os recursos serem arrecadados, porque isso vai demorar anos até construir as moradias, enquanto isso as pessoas ficam removidas no aluguel social. Tem que criar um mecanismo para remover depois que entrarem os recursos e depois que construíram, ou então a Prefeitura empresta o dinheiro antes, constrói primeiro as casas e

depois faz as remoções. (Palmas)

Nosso mandato apresentou no PIU que vai ser votado nesta semana, o PIU Central, uma emenda do chave-a-chave e também queremos apresentar para o PIU Jurubatuba uma emenda idêntica, mas não queremos que seja emenda, queremos que esteja dentro do projeto. Queremos que o Executivo se comprometa com a questão do chave-a-chave. Não seria emenda minha, do Donato, do Alfredinho, não. Mas que o Executivo se comprometa com o projeto chave a chave.

Por último, a questão do Conselho Gestor. Vejam, a Tereza falou uma coisa muito importante sobre os conselhos de ZEIS, eles precisam estar presentes desde agora no andamento do projeto para que ouçam a população não só na audiência pública, mas que as ouçam também na execução do projeto. Os conselhos de ZEIS têm de dialogar com o Conselho Gestor, que tem de ser formado antes do projeto começar a ser executado para que as pessoas possam opinar antes de as coisas serem feitas.

Essa é a contribuição do nosso mandato.

Nós estamos junto com a população, com os moradores na luta pela moradia digna.

Valeu, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora.

Com a palavra Ronaldo de Oliveira, da *Gazeta de Santo Amaro*. Obrigado pela presença, Ronaldo.

O SR. RONALDO OLIVEIRA – Boa noite.

Sou Ronaldo, da *Gazeta de Santo Amaro*, tenho uma pergunta: quais são os impactos sociais que a gentrificação vai causar na população que vai permanecer no local?

O projeto prevê a reestruturação e a construção de novas possibilidades para a geração de emprego para a população que mora na região?

A minha sugestão é: por que não trabalhar junto com as subprefeituras para entender qual é a vocação de cada região e assim gerar empregos, mantendo, assim como a Adriana mencionou, a população próxima do bairro onde mora, com as crianças na mesma escola, e

auxiliando com a geração de emprego?

Essa medida permite à pessoa que hoje mora na periferia, que enfrentou uma pandemia de dois anos, que está retomando o trabalho agora, ela provavelmente já investiu em seu próprio negócio. Pergunto se existe a possibilidade dessa pessoa manter o seu negócio, trabalhando com a subprefeitura para entender qual é a vocação de cada região, para que o trabalhador possa desempenhar seu negócio dentro do bairro que ele já conhece.

Quais são os impactos ambientais previstos para a represa? O Corpo de Bombeiros realiza rotineiramente treinamento nas águas da represa. A nossa equipe de redação recebeu uma denúncia, no início do mês, dia 8 de agosto, de descarte indevido de esgoto nas proximidades de comércios e do Corpo de Bombeiros, o que acabou impedindo os treinamentos do Corpo de Bombeiros na região por conta da contaminação da água.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Cristiano Vicente, da Comunidade Puma, e Vitor Rodrigues Inglez de Souza, do Centro Gaspar Garcia.

O SR. CRISTIANO VICENTE SILVA – Boa noite a todos. Boa noite aos componentes da Mesa.

A minha fala será breve e vem ao encontro do que o Vereador Donato falou e ao que a Vereadora Sílvia levantou.

Trata-se de todo projeto e o processo de reintegração de posse movido pela Enel e pela CTEEP. Neste momento, estamos numa corda bamba. Estamos vivendo à mercê de uma liminar. O Dr. Vítor do nosso jurídico, está presente na audiência.

Em todas as audiências e encontros que nós participamos, os Vereadores estão abertamente nos ajudando, mas pela Secretaria de Habitação e a Urbanística, ainda não deixou claro o que irá acontecer conosco. Nós estamos inseridos nas ZEIS, mas nós também estamos muito próximos, quase embaixo dos leões.

Volto a repetir, desculpe a expressão grosseira, batendo com a água no bumbum, a qualquer momento a reintegração de posse e para onde irão todas essas famílias? Até agora

não foi exatamente dito o que será de nós. Possivelmente, vamos sofrer a reintegração de posse, mas não está claro o que se vai fazer com as famílias? Elas poderão ir para o auxílio aluguel?

Sabemos, hoje, que o auxílio aluguel, infelizmente, de R\$ 400,00, R\$ 450,00, que seja, não supre a necessidade das famílias que, muitas vezes, são compostas por cinco, seis, oito pessoas. Imaginem, se precisarem de, pelo menos, três cômodos de aluguel, com certeza, o valor não cobre.

O ideal seria ouvir a população, dialogar mais, ver onde que vão captar os recursos, fazer essa moradia, aí sim fazer a reintegração de posse das famílias. Acho que é isso que todos aqui esperam. (Palmas) Até o momento, isso ainda não ficou claro. Vamos dialogar mais e deixar esse ponto muito claro sobre o que será feito com as famílias.

Muitíssimo obrigado. Vamos à luta e trabalhar juntos, creio que o diálogo é importante a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Com a palavra Vítor Inglez, do Centro Gaspar Garcia.

O SR. VITOR RODRIGUES INGLEZ DE SOUZA – Boa noite.

Sou advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Estamos muito contemplados com as falas que foram feitas pelas lideranças das comunidades todas. Então eu vou fazer uma fala bem breve para não chover no molhado. Acho que a gente está muito contemplado por tudo o que foi dito.

Pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, nós acompanhamos várias comunidades da Vila Andrade que estão com ameaças de remoção. Elas estão aqui hoje muito bem representadas, inclusive, parabenizo pela participação de todos. (Palmas)

Não só as comunidades da Vila Andrade, como também da região do Jurubatuba, de Interlagos, fizeram falas maravilhosas. Estão todos de parabéns. Foi muito importante, mesmo.

Nós vimos que várias comunidades que estão no território da Vila Andrade, Jurubatuba, Interlagos, são muito numerosas, muitas famílias de trabalhadores de baixa renda estão em alguma medida ameaçadas. Estão um pouco com essa questão da remoção colocada.

Em primeiro lugar, já temos um consenso. A moradia é prioridade acima de tudo, o Direito Fundamental à moradia é sagrado. Com relação, por exemplo, ao percentual dos recursos que vão ser arrecadados pelo PIU, destinados para Habitação de Interesse Social, para moradia esse percentual tem de ser maior. Essa é uma reivindicação.

A regularização fundiária, a melhoria das comunidades, a melhoria das condições de moradia e dos bairros é prioridade. O Poder Público Municipal, Estadual e Federal, ou seja, o estado tem de dar prioridade absoluta para isso, que tem de ser revertido no percentual da arrecadação via outorga onerosa para habitação e melhorias nas comunidades.

Para todas as comunidades que estão ameaçadas e às famílias que têm a possibilidade de serem afetadas por essas intervenções que serão feitas, pela construção de uma rua, um viário, um parque, aqui a coisa já está muito clara. Ninguém vai aceitar ir para o auxílio aluguel e ficar anos, para depois, de muitos anos, na hora de construir a habitação de interesse social o que acontece?

Como o Dr. Benedito Barbosa, do Centro Gaspar Garcia falou muito bem na outra audiência, que foi o que aconteceu na operação urbana. Na hora de construir a habitação popular, a moradia para o povo que foi removido das intervenções, o bairro já está mudado. O preço da terra está alto, o mercado começa a pressionar. A nova vizinhança que tem várias limitações morais, cognitivas e muitos preconceitos, começa a pressionar para não construir a moradia do povo. E aí vão ficar mais anos e anos (Palmas) na fila do atendimento provisório, no auxílio aluguel. Isso já está muito claro.

Reforçando só esses últimos dois pontos que não só a moradia tem de vir antes das outras intervenções – como o povo está falando chave-a-chave, a família sai para entrar na sua unidade habitacional -, não só isso, como também você tem essa situação de que isso tudo, na verdade, tem de ser deliberado pela comunidade e conselhos gestores que são das comunidades, das áreas. Não um grande conselho gestor da área de intervenção urbana, mas um conselho gestor que seja da ZEIS, como a Teresa falou, a Zona Especial de Interesse Social.

Por fim, se a família for afetada, não só receber direto a chave na mão, como receber

essa chave de uma unidade habitacional que esteja localizada na área, comunidade e perímetro dela. Nunca permitir que essa família removida na Vila Andrade seja reassentada em Jurubatuba ou Interlagos, e vice-versa uma família removida em Interlagos seja reassentada na Vila Andrade.

As famílias têm vínculo com seus bairros, com seus territórios. Isso tem de ser preservado. Os reassentamentos todos têm de ser feitos dentro das áreas que as famílias já moram. (Palmas)

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, mais uma vez, Vítor. Parabéns pela fala.

Benedito Roberto Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.
(Palmas) Em seguida o Francisco Avelino Gomes.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Em primeiro lugar quero dizer que estou bastante contemplado pela fala dos companheiros, especialmente das mulheres das comunidades que falaram. Agradeço aos Vereadores e Vereadoras que estão presentes, a Vereadora Sílvia trouxe uma fala muito importante que nos contemplou bastante.

Quero trazer como sugestão duas questões. Peço aos Vereadores e às Vereadoras que a próxima audiência pública comece mais cedo, para que na primeira parte da audiência fizéssemos uma visita dos Vereadores, das Comissões e das Secretarias nas favelas da Vila Andrade onde vai ser feita a próxima audiência pública. Então começa mais cedo com a visita nas comunidades. Depois, todos iremos para a audiência.

A segunda sugestão é que se faça, imediatamente, após as três audiências públicas com as propostas acumuladas e consolidadas, como, por exemplo, a proposta da antecipação dos recursos, porque vai ser fundamental o empréstimo do dinheiro, vamos dizer assim, à operação urbana como antecipação.

Há dinheiro no orçamento municipal, todos sabem que hoje a Prefeitura tem bilhões no orçamento para poder fazer as habitações populares antes. Não pode ser a desgraça que foi

– com licença da palavra – a Operação Urbana Água Espriada. A população foi cadastrada, em 2007, todos os Vereadores sabem disso.

Eu acompanhei o cadastramento de oito mil famílias, está lá o avanço da especulação imobiliária na Roberto Marinho. O povo está cadastrado, até hoje oito mil famílias, os terrenos foram desapropriados para mais de quatro mil unidades habitacionais, mas hoje não tem 1.500 unidades construídas, depois de 14 anos de Operação Urbana Água Espriada.

Essa experiência não pode ser, de forma alguma, a experiência do PIU Jurubatuba. Nós temos de fazer o inverso, temos de viabilizar e construir as moradias populares primeiro e depois sim garantir o atendimento habitacional de todo mundo das operações urbanas, para depois fazer ponte, parque, trazer o setor imobiliário (Palmas) porque o que vimos na proposta mais uma vez apresentada é nada mais do que a extensão da Chucri Zaidan, daqueles belos prédios que estamos vendo na Marginal Pinheiros, para dentro da região do Jurubatuba, expulsando. Sabemos o que vai acontecer. A população de renda média baixa, com o aumento do custo dos aluguéis. Só com as audiências públicas e o anúncio da operação urbana, já aumenta o custo dos aluguéis. Sabemos o que isso tem de impacto na região, por isso que é fundamental que façamos o inverso, que aconteceu na operação urbana Água Branca. O Vereador conhece muito bem, para atender a favela da Aldeinha e a favela do Sapo que foi despejada em 2005, acompanhei a remoção da favela do Sapo e o Vereador Paulo Frange sabe e acompanha, porque é da região, até hoje as famílias não foram atendidas e só serão atendidas por causa de uma Ação Civil Pública da Defensoria Pública depois de quase 15 anos.

Esse tipo de solução não pode ser a solução do PIU Jurubatuba. Moradia já. Chave na mão, antecipação de recursos. Mais uma questão. Isso dá para mudar no projeto de lei. O Conselho Municipal de Habitação, é um conselho de referência para o Conselho Gestor, é um conselho tripartite. O que é um conselho tripartite? A Prefeitura do Município de São Paulo não vai ter maioria. O movimento popular e o setor empresarial não terão maioria. Então ele tem de ter representação da sociedade civil, das comunidades de ZEIS, do setor empresarial, da Prefeitura do Município de São Paulo e somente uma composição com proposta conjunta é que

vai construir a maioria fazendo assim garantia da proposta, de todos, em uma grande composição e participação popular. Não podemos ter um conselho gestor em que a maioria é da Prefeitura do Município de São Paulo. A maioria tem de ser da população de do povo que decide rumo das comunidades e o rumo da região sul da Cidade de São Paulo.

Muito obrigado. Vamos à luta e que seja outra operação urbana na zona Sul de São Paulo no PIU Jurubatuba. Última questão. Gostaria de sugerir que façamos, depois de todas essas audiências, uma reunião com o Sr. Prefeito. Creio que seja fundamental para que isso – aquilo que a Vereadora Silvia falou - que possamos garantir todas aquelas propostas que estamos fazendo aqui, seja garantido na Lei, e não em emendas, porque depois é muito difícil aprovar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra Francisco Avelino, da Comunidade Nicarágua.

O SR. FRANCISCO AVELINO GOMES - Boa noite a todos.

Cumprimento todos os componentes da mesa e todo o público presente, comunidades. Agradecer todo pessoal da Vila da Paz, da região de Interlagos. Companheiro Guilherme, Ana Arrais.

O que irei falar aqui é a mesma coisa que todos já falaram. Estou defendendo a mesma coisa. Como faço parte da região de Interlagos, moro na região há mais de 30 anos, desde 2018 estamos acompanhando esse PIU Jurubatuba. Já foram várias audiências, várias reuniões para falar sobre esse PIU Jurubatuba. A nossa preocupação, tanto minha, quanto do Guilherme que mora na região, pessoal da Vila Andrade, todas as conversas que já tivemos, desde 2018 para cá, é a mesma de todos os companheiros que falaram. Se não houver aquela proposta que a Vereadora Silvia colocou aqui no início, da Prefeitura emprestar os recursos para construir as moradias populares antes da implantação desse projeto, vai acontecer o que aconteceu, o mesmo filme da Água Espreada. Onde tiraram aproximadamente mais de dez mil famílias, colocaram em aluguel social, e conheço pessoas que estão no aluguel social de 2007 na Água Espreada.

O que não queremos é aluguel social de maneira alguma, porque não tem como tirar as famílias do seu território e colocar no aluguel social, sendo que na Secretaria de Habitação já tem mais de 30 mil famílias no aluguel social. Trinta e uma mil famílias no aluguel social esperando moradia desde a Água Espraiada. Eu estava comentando com o Guilherme. Minha pergunta é: se já tem 31 mil famílias no aluguel social esperando moradia, aí você pega mais essa multidão de famílias que estão na Vila Andrade, embaixo das concessionárias, com risco de desapropriação, vão para o aluguel social, mais essas intervenções que vão acontecer em Interlagos por conta do PIU Jurubatuba, coloca esse pessoal no aluguel social.

Se a prioridade da Prefeitura é zerar a fila dos que estão no aluguel social de 31 mil, quando é que vai chegar a vez desses que vão entrar no aluguel social? Já se passam 15 anos da Água Espraiada e, até agora, das 10 mil famílias que foram desapropriadas, temos um dado que foi passado por um companheiro, de 1700 unidades que foram atendidas até agora. De dez mil unidades, apenas 1700 foram atendidas. E até agora oito mil, não sei quantas famílias, estão esperando até hoje a moradia.

Nossa preocupação é se vai ter intervenção. Pelo que o Guilherme apresentou aqui - e ficou bem clara a apresentação - é que vai ter intervenção na região de Interlagos. Se não houver construção de moradia popular antes para essas famílias, não podemos aceitar que esse projeto seja votado da maneira que está, sem que haja recursos para a construção de moradia popular, para que essas famílias recebam primeiro a sua moradia para depois serem removidas, porque senão vai acontecer a mesma coisa que aconteceu na Água Espraiada. São 15 anos que eles estão lá. Vamos ficar mais 15 anos esperando para conseguir moradia? Valor de 400 reais. Com 400 reais você aluga o quê? Nada. Nem um banheiro você não consegue alugar com 400 reais.

A nossa defesa, tanto do pessoal da articulação Vila Andrade, Interlagos é o chave a chave. Não aceitamos outra forma a não ser o chave a chave.

Essa é a nossa proposta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Gisela Corleto, Chácara

Santo Antonio/Vila Cruzeiro. Em seguida a Sra. Irvana Ferreira, da Comunidade de Nova Jersey.

A SRA. GISELA FRANCHINI CORLETO – Boa noite a todos.

Vocês disseram no projeto que existe uma ligação da Chucri Zaidan, com a Abílio Caloi, certo? Então vai passar pela Cecília Lottenberg. Essa Cecília Lottenberg até agora não foi terminada. Vocês poderiam explicar por quê? Aqui é uma avenida que afunila. Todo o trânsito às seis horas não se movimenta. O túnel da Cecília Lottenberg fica cheio de água quando chove e ninguém vai lá retirar essa água. Também tem o problema dos mosquitos. Já liguei para o 156, para a Prefeitura e ninguém responde. Se esse projeto vai passar pela Cecília Lottenberg vai levar dez anos para ser construído, então isso significa que vamos levar mais dezanos para ter uma Cecília Lottenberg pronta. Alguém poderia me responder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, logo em seguida.

Há mais dois inscritos. A Anna Carvalho vai responder as perguntas.

Com a palavra a Sra. Ivana Ferreira.

A SRA. IVANA FERREIRA – Boa noite a todos.

Venho parabenizar a nossa Vereadora, que agora está falando a nossa língua: moradia. Não temos nem o que falar, todo mundo já falou o que nós queremos, chave na mão. Auxílio aluguel, não! Chave na mão, sim. Todos que foram em nossa comunidade, o Vereador Donato, viu um pouquinho da nossa realidade.

Vereadora Silvia, parabéns. O que queremos é chave na mão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Ivana.

Com a palavra o Sr. Adilson Araújo, da Associação Distrital Sul.

O SR. ADILSON ARAÚJO – Boa noite a todos.

Minha fala, a última, é sobre a Operação Água Espreada. Enfim, já falaram.

Não são 14 anos. A Lei é de 2001. Está lá o túnel fechado, atrapalhando o trânsito. Passem lá agora para ver como está o trânsito. Não se resolveu e, se fizer um novo, vamos resolver? Já falei com vários vereadores em várias audiências sobre isso, “ah, não! Vai ser resolvido”. Há vários anos continua. Como vamos trabalhar com outro projeto se não resolvermos

os projetos que estão em ação? Aliás, nem em ação, porque agora dizem que saiu leilão. Mas a coisa não anda. Está lá o trânsito parado. Está aqui a CET, outro dia aconteceu um acidente com morte, por conta desse travamento de trânsito. Quem mora ali na região soube, fora os assaltos por conta do travamento do trânsito.

Vamos resolver essa questão da Cecilia Lottenberg. A questão do túnel, porque aquilo lá é um poço d'água, até tivemos em 2000 e pouco, no Transatlântico, se não me engano o Vereador Rodrigo estava ali, eu falei que as chácaras Santo Antônio é um areal. Ali tem a Fonte Petrópolis, cristalina, porque são veios de água. Então ali para parar, vai ter que colocar uma bomba 24 horas, porque não vai dar conta, nem concreto, para parar essa água e o custo é altíssimo.

E aí, vai resolver ou vamos passar para o próximo? Vamos criar novas ações e deixar aquelas embaixo do tapete?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Sr. Adilson.

Presente a Sra. Vanessa, representando o Vereador Marcelo Messias.

Ouvimos os 20 inscritos que estão aqui conosco agora. Passo a palavra ao Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado Sr. Presidente.

Apenas para dar consequência ao que a Audiência Pública se manifestou. Temos dois grandes temas que dizem respeito à moradia. A moradia de quem tem sua casa particular e a moradia de quem está nas favelas, nas comunidades. Isso merece toda atenção.

Primeiro, a moradia das áreas de favelas, que podem ter remoções em função do viário ou em função do processo de reintegração de posse. Teve uma sugestão aqui que acredito ser inovadora e que pode ser incorporada. Foi apresentado aqui que o custo com Habitação de Interesse Social é de 490 milhões, estimado. Hoje o caixa da Prefeitura permite adiantar esse custo, ou seja, emprestar para a operação. A operação vai construir suas casas e depois, com a arrecadação da operação, você repõe o dinheiro para os investimentos outros da operação.

Acredito ser uma ideia perfeitamente plausível. Deixo essa ideia registrada.

A segunda diz respeito ao traçado em relação às vilas que tem aqui ao lado da João Dias e tal é a preocupação dos moradores que se expressaram aqui. Então, olhar com muito cuidado. A moradia é a história de cada pessoa, da sua família, da sua vida. É difícil falar, pensar em uma mudança sem esgotar todas as alternativas. Então que pudéssemos nos deter sobre o traçado para evitar o menor impacto possível nessas moradias.

Há a questão do parque, que foi que foi colocado. Vamos discutir a alternativa de parque. São essas as grandes questões e gostaria de propor esse encaminhamento: adiantar o recurso da Prefeitura para o investimento em moradia popular; examinar à exaustão o traçado do viário para poupar o máximo de moradias. Sempre é possível. Na Água Espriada aconteceu isso. Teve um embate grande sob o túnel indo para a Imigrantes, o fim o túnel acabou nem saindo e se poupou de desapropriar duas mil moradias particulares. Infelizmente, já tinham sido retiradas várias favelas e colocaram no auxílio aluguel, e mesmo algumas moradias que foram desapropriadas talvez nem precisassem.

Enfim, essa é a minha contribuição.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Sim, podem ficar sossegados, nós recebemos. O Vereador Paulo Frange recebe. Agora, em relação aos outros vereadores eu não posso responder. Mas recebemos.

Precisamos implantar o Conselho Gestor das ZEIS, está no Plano Diretor. Isso precisa ser implantado para poder construir a política de moradia em cada caso.

Segundo, esse conselho geral, mas é evidente que precisa aprovar lei. Mas ele tem de começar a ser montado imediatamente que se aprove a lei para que possamos ter a participação popular em todo esse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, em nome do nosso Presidente, a Vereadora Silvia e a Sra. Anna.

Como já falaram aqui, é muito bacana trazermos essa discussão, até um pedido de todos os Vereadores para trazer exatamente para um dos distritos do território, como dito pelo nosso presidente. Nós iremos ainda aos demais distritos de toda operação, e faremos pelo menos mais três audiências. Está garantida toda a transparência do processo para que possamos ouvir todos.

Nessa audiência, mais uma vez foi reforçada essa questão da habitação. É uma prioridade, não só desse projeto, mas de vários outros que aprovamos, assim como aprovamos, se não me engano, na Água Branca, a primeira parte de todo o investimento na habitação.

É muito importante que vocês coloquem a questão do conselho, do chave na mão. Temos escutado bastante e temos atendido, assim como o Vereador Antonio Donato, a Silvia, o Alfredinho e, se não me engano, na Água Branca já fizemos dessa forma. Então tem vários outros exemplos do que já fizemos, favorável à habitação, em projetos urbanísticos aprovados por nós.

Quero agradecer à Fabiana, pelo desenho que o filho dela mandou. Nós também estamos estudando essa questão da alternativa em Santo Amaro, a questão do eixo histórico em Santo Amaro, a questão do gabarito na Praça Floriano. Só para lembrar que é um gabarito que irá ser alinhado ao que já existe. Não acima, não além do que já existe na Praça Floriano; e várias outras principalmente na questão – deixei essa questão para a Anna – da arrecadação. É muito importante que a gente deixe isso muito claro.

São previstas essas intervenções e os investimentos na região. Mas, nada desses investimentos são possíveis sem arrecadação. Então, aquela conta que a Anna mostrou de 1,9 bilhão, mais ou menos isso, existe o previsto para arrecadação e o previsto também para as intervenções.

Mas, o que me preocupa é essa questão do Autódromo, que seria parte importante da arrecadação e possivelmente esteja fora.

Das diversas intervenções que já foram ditas e apresentadas pela Silvia, muitas

fazem parte das demandas pelo nosso mandato e de outros Vereadores também da região. Posso destacar a margem direita da Marginal. Tenho, vamos chamar assim, uma discordância com a Anna e o projeto. Mas temos esse projeto da margem direita da Marginal, que liga a Ponte Transamérica até a Ponte Vitorino Goulart, duplicação da Ponte Jurubatuba/Interlagos, inclusive é uma luta.

Vejo a assessoria do Vereador Marcelo Messias, que com o Prefeito Ricardo Nunes, o nosso mandato, desde a época do Vereador, então Deputado Goulart. É uma luta muito grande dos diversos representantes da região.

A questão dos parques foi muito falada. Toda essa preocupação com a questão sustentável desse projeto. A implantação de diversos parques também ligados e direcionados pelo nosso mandato – o Parque Linear Jurubatuba, o Parque Telefunken, essa integração. O Parque Linear Jurubatuba é um dos maiores parques lineares da Cidade. Então, são várias as intervenções que temos, mas principalmente no viário, e a grande preocupação é com essa reurbanização de todas as áreas que são de comunidades, favelas, ocupações. Então, tenham certeza de que tudo isso está previsto nas nossas discussões diariamente.

Para encerrar – e não me lembro da pessoa que falou que a nossa região já perdeu diversas oportunidades -, vejo que essa é a grande oportunidade para o desenvolvimento de um projeto como esse, não só pelo quanto já estamos discutindo, pelos representantes da região que estão na Câmara Municipal, mas também pelo fato de o Prefeito Ricardo Nunes ser morador da região, inclusive muito próximo a onde estamos, e de entender, conhecer e ter a preocupação de fazermos da melhor forma o desenvolvimento da região, não só na questão da habitação como também na questão de sustentabilidade, meio ambiente e geração de emprego e renda, que foi pouco falado na audiência. Há uma geração de emprego e renda muito grande, principalmente na região do Socorro. Vimos falando sobre mobilidade e investimentos no viário, mas se tivermos um local para qualificação, como o Senac, se replicarmos o modelo que temos aqui também em termos de criação de emprego e renda na região, muito desse caminho – e, pelo menos no meu caso, demoro uma hora e meia para chegar à Câmara – será bastante

encurtado se a população conseguir sua qualificação, emprego e renda na nossa própria região.

Eu teria muito mais falar, mas peço desculpas, pois tomei o tempo de muitos. Mas é um projeto de desde o meu primeiro dia de mandato, e já vínhamos trabalhando até antes, quando eu era ainda moleque, com meu pai. Realmente, é um projeto sobre o qual nos debruçamos muito, e tenho certeza de que iremos aprimorar ainda mais para termos um resultado prático para toda a nossa região e comunidade. Muito obrigado, e parabéns a cada um de vocês pela participação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay.

Antes de passar a palavra à Anna, quero fazer uma manifestação rápida. Compreendemos completamente a preocupação, a angústia, a ansiedade e a indignação de todos vocês com a situação que envolve Habitação de Interesse Social. Nós compreendemos absolutamente isso porque, ao longo da história, as coisas foram acontecendo sem um planejamento estratégico para que a gente pudesse responder à altura. A dívida que o País tem com a habitação é muito grande, a dívida de São Paulo também é. O que aconteceu nos últimos anos, principalmente a partir do Plano Diretor Estratégico de 2014? Daquele momento em diante, a Cidade passou a ter um planejamento praticamente até 2030 dirigido por esse plano. E, de lá para cá, as coisas mudaram até na visão do próprio Legislativo. Era impensável a possibilidade de falarmos em chave contra chave, entregar uma chave e tirar a pessoa do barraco, ela entregar a chave do barraco e ir embora para o apartamento. Isso era impensável lá atrás, não tinha como, a Cidade não tinha dinheiro nem para fazer. Não tínhamos uma atualização na legislação, hoje temos um programa muito diferente, o Pode Entrar, que traz uma oportunidade muito maior; e temos os PIUs.

O que é esse mecanismo, o PIU? É uma intervenção em um pequeno território na Macroárea de Estruturação Metropolitana de São Paulo. Há um desenho, e aqui é possível fazer PIUs. Vejam: o PIU Jurubatuba representa 1,42% da cidade de São Paulo em termos de território. Então, é muito mais fácil fazer a administração, a gestão e a construção nesse espaço do que na Cidade inteira. Por isso, o Plano Diretor previu os PIUs, que estão nessa região da

chamada Macroárea de Estruturação Metropolitana.

Enfim, o recado que quero passar a vocês é da experiência dos Vereadores que estão vivendo neste momento na Câmara Municipal. O foco do governo hoje não é arrecadação. A pandemia não quebrou São Paulo, a pandemia não balançou os cofres de São Paulo. A cidade de São Paulo tem uma capacidade contributiva muito grande. Então, nos últimos anos, temos condição de arrecadação que nos dá o conforto de poder dizer: é diferente a situação de hoje em relação à outra situação que já vivemos, da qual vocês têm uma experiência negativa. O foco do governo hoje é transformação.

A arrecadação que nós temos é suficiente, nem a pandemia mudou. Pelo contrário: estamos crescendo em arrecadação e nós hoje não devemos o que devíamos, cada dia a gente deve menos. São Paulo pode hoje até buscar mais dinheiro se quiser. Tem capacidade contributiva, tem dinheiro em caixa e capacidade. Nessa operação, quem quiser construir a mais onde pode construir a mais vai comprar esse espaço, é direito dele, e vai trazer para os cofres quase 2 bilhões, além daquilo que o Município vai continuar investindo.

Portanto, o foco do atual governo hoje e daqui para frente é transformação dos nossos territórios. Não temos mais aquilo que já discutimos aqui mesmo, em audiências públicas da Comissão de Finanças em 2004, 2005, 2006. Tínhamos problema de arrecadar, não tínhamos dinheiro para fechar conta no final do ano. Hoje não: São Paulo estabilizou em relação a isso. Talvez esta seja uma das poucas cidades do Brasil e da América Latina que tem o conforto que temos hoje de poder trabalhar com estratégia, pensando no futuro, porque já sabemos que não quebraremos. A pandemia, com dois anos, não conseguiu isso; pelo contrário, nos fez inventar uma série de outros mecanismos. E a palavra é inventar mesmo, é a criatividade do paulistano, é o poder de trabalho que tem esse povo de gerar renda, principalmente renda com tributo, com arrecadação para o Município. Assim, o foco hoje é transformação, e esses PIUs, acreditem, trazem muito resultado. Estamos falando em 1,42% do território, pouco mais de 20 milhões de metros quadrados. Mas isso traz um enorme resultado, porque o foco será em uma área de 1,4% apenas. Não estamos falando do território todo, estamos falando daquilo que está bem perto de

vocês, não estamos falando de obras que estão longe. Por isso, essas audiências públicas com vocês são muito ricas, porque vocês falam e conhecem todo o território. É diferente de falarmos de São Paulo inteira e alguém vir aqui falar do Parque do Carmo, que está muito longe da gente: nem queremos saber como é que se chega lá, queremos saber como é que está o nosso parque aqui ao lado; é nisso que temos interesse. Esse é o nosso sentimento na Câmara, esse é o sentimento do atual governo: foco em transformação.

O SR. RODRIGO GOULART – Só um aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – Eu falei que tinha muita coisa para falar, mas não poderia deixar de cumprimentar o pessoal do Senac, que, com muita responsabilidade, não social, mas até institucional, nos cedeu este espaço. Eu, que acabei fazendo essa interlocução, tive essa responsabilidade passada pelo Presidente. Então, quero agradecer ao pessoal do Senac e logicamente a vários outros. Estou vendo o pessoal da CET, o que está na ativa e o que não está mais. Quero agradecer também ao pessoal da Sub; mas, em nome do Senac, agradeço a todos os que colaboraram bastante na realização dessa audiência.

E o modelo, como você disse, é de transformação desse território, não é, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Verdade.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isso não é da nossa cabeça, ouvimos do próprio governo em uma reunião hoje mesmo. O Goulart estava comigo em uma reunião hoje sobre outro assunto, e o governo deixou claro isso: “Nosso foco não é arrecadar”. O Armênio estava junto na reunião também. O foco é transformar. Vou passar a palavra para o Armênio e para a Anna Barros para eles irem respondendo às perguntas de acordo com a especialização de cada um.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - Obrigado, Vereador.

Eu vou falar rapidamente e passar para Anna, se ela quiser colocar alguma questão.

Mas vou falar um pouco da nossa atitude. Nós somos uma Secretaria-meio e uma Secretaria técnica de planejamento urbano e de licenciamento. A orientação do Secretário Marcos Gadelho é justamente a gente aprimorar os projetos desenvolvidos pela Secretaria ou pela SP Urbanismo, que é a empresa ligada e vinculada à administração da Prefeitura através da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento.

O PIU não é um problema; como o Vereador Paulo Frange mencionou – e o Vereador Rodrigo também tocou no assunto -, o PIU é a solução para o problemas. As AIUs definidas pelo PIU - Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos – vão definir contas segregadas no Fundurb.

O que significa isso? O que é arrecadado aqui fica aqui e será utilizado aqui, neste território. Para isso foi inventado o PIU. O PIU é um instrumento para que o que sai deste território volte para este território.

Segunda questão: o projeto pode melhorar? Lógico que pode melhorar. Eu estou nesse projeto há 20 anos. É verdade, estou nesse projeto há 20 anos. Já vi ele mudar muito e não vou desistir enquanto ele não virar realidade. Ela vai para a realidade, ele pode melhorar, ele pode melhorar soluções, ele pode mudar o percentual de habitação social, ele pode mudar uma conexão aqui, outra conexão ali; pode. Mas ele pode, sim, ser um plano de intervenção nessa parte da MEM, que é a parte Sul da MEM, de fato transformando essa região. Esse é o objetivo do PIU.

Como foi falado, uma avenida que está passando em um lugar pode passar em outro, e deve passar em um lugar onde tiver o menor impacto? Sim, deve passar, se não estiver passando, eu diria, no lugar de menor impacto. Eu não afirmo aqui seguramente o quanto poderia ou o quanto está impactando, mas ela deve passar no lugar de menor impacto, se já não estiver passando, repito, porque os técnicos que trabalham nisso também são atentos, e nós fomos ao território, visitamos as comunidades do território, todas as comunidades nesses anos em que estamos desenvolvendo. Digo “nós” porque eu também participei como técnico lá atrás com a Anna.

Então, a mensagem que eu como Secretário-Adjunto e a mensagem que o Secretário

Marcos Gadelho, executivo da Prefeitura, colocamos é a seguinte: aprimorar o PIU com os Vereadores - isso a gente tem feito quase que diariamente -, e estamos à disposição da população e dos Vereadores para melhorar o PIU. Mas para quê? Para aprovar esse PIU e transformá-lo em uma realidade. Eu vou passar a palavra para a Anna para alguma questão específica que ela queira colocar. Por favor, Anna.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Vamos lá. Acho que vai me restar muito pouco a dizer, mas eu acho que alguns pontos importantes eu preciso destacar. O projeto que a gente traz é uma consolidação de um projeto que foi enviado ao Legislativo em 2018, e é nesse momento que vamos discutir para aprimorar o projeto. Aí, acho que os Vereadores todos já elencaram alguns pontos que a gente pode trabalhar e que são importantes. A questão da antecipação de recursos, o percentual de destinação de recursos para atendimento habitacional, como vai ser esse processo; se o artigo escrito não está claro, vamos melhorar. Quero dizer que é nesse momento. Encerramos a etapa do Executivo, estamos agora na etapa de construção no Legislativo, de aperfeiçoamento desse projeto de lei.

Em relação aos melhoramentos, é a mesma coisa. Vamos olhar um por um. Quem não compreender a planta, o desenho técnico, eu tenho certeza de que na Câmara os Vereadores poderão instruir, e estamos à disposição, como o Zé Armênio falou, para instruir melhor, explicar *etc.* Não tem problema. Muitas vezes, vocês veem um traço em uma escala, no tamanho do desenho; mas quando você se aproxima, vê que o impacto não é bem esse, tem que olhar pontualmente. E acho importante que cada um se identifique no local para ver o que está sendo atingido ou não.

Em relação ao Conselho Gestor, tenho um aparte. Gente, Conselho Gestor de ZEIS é lei do Plano Diretor Estratégico, ninguém muda. Ele terá que ser constituído no momento de intervenção das ZEIS ou em que momento for, mas ele existe. E em relação ao Conselho Gestor das AIUs, quando se fala “sociedade civil”, é toda a população. Vocês são sociedade civil. Tem lá ONG, movimento de moradia, moradores, trabalhadores que representam, e ele é paritário. Agora, nada disso pode ser construído de tal forma que atenda a todos neste momento de

revisão, de construção do projeto de lei que está agora no Legislativo.

Em relação a trabalho, queria lembrar que não falei na apresentação, mas está no projeto de lei a destinação de um percentual dos recursos para implantar um equipamento de capacitação profissional no Socorro, onde há algumas indústrias onde se pode trabalhar essa capacitação da população que mora para continuar trabalhando aqui.

Uma informação. Como eu falei no início dessa minha segunda fala, é um projeto de 2018, que tinha um cenário. O cenário do Autódromo mudou, como lembrou bem o Vereador Rodrigo Goulart. Então, acho que temos que rever e verificar se realmente esses recursos irão surgir em função da destinação do Autódromo.

Então, de maneira geral, eu respondi os itens. Quero só fazer o aparte...

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – O Parque Chiquitão, vocês sabem que está fora do perímetro, mas temos uma discussão na Câmara para ser feita, assim como Veleiros está fora do perímetro.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Agora, para a Gisela, que falou da Avenida Cecília Lottenberg: ela está fora do perímetro, faz parte da Água Espriada, Chucri Zaidan, não está no perímetro do Jurubatuba.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Só um momento, gente. Senão, não consigo ouvir dois ao mesmo tempo.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Ele está entre a Atlântica e o Rio Bonito, que corre para cá. Mas se a gente for olhar Veleiros no mapa, você tem a ação no Rio Bonito *etc.* e tal, mas Veleiros em si está fora do perímetro do AIU Jurubatuba.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Aí, se eu entendi, eu olhei no

mapa...

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Na verdade, assim: é uma ponte. Quando a gente usa o termo “ligação”, é que quem sai da Chucri poderá chegar por vias existentes e vias propostas. Então, o projeto do Jurubatuba traz uma ponte nova na Mário Lopes Leão para fazer um binário com a Transamérica, da Lottenberg. Então, eu peço que, se você tiver dúvida, ligue na São Paulo Urbanismo - tem a gerência que cuida exatamente das operações urbanas da Água Espraiada – e pegue informações atualizadas. Eu peço desculpas, porque não tenho conhecimento para lhe passar alguma informação mais atualizada.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Vamos lá. Vamos lá sim. Por isso é que estou falando: o momento de construção... Como o Vereador falou: o Arco Jurubatuba é 1,4% do Município. Então, é uma oportunidade de você olhar o território de modo mais próximo. E vamos construir isso, vamos olhar alinhamento a alinhamento; e, com os Vereadores, construir esse novo projeto de lei.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Gente, é muita gente falando ao mesmo tempo. Vocês me desculpem, eu não consigo.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Vamos construir isso com a Câmara, proposta a proposta, responder, olhar o perímetro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pode marcar conosco na Comissão, com os Vereadores, para a gente poder destrinchar mais isso tecnicamente, em uma mesa. A gente chama técnicos para que possamos discutir pessoalmente.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O projeto está na Câmara, ele não está com ninguém. Por exemplo, se a Anna, que domina todo esse processo, quiser inserir alguma coisa

hoje, vai ter que falar com um de nós para colocar para ela, porque o projeto saiu do Executivo. Hoje eles só nos aconselham, nos orientam naquilo que é técnico. Porque a parte que tinha que ser feita, eles já fizeram. Agora está conosco. Então, o momento de discussão disso é na Câmara. Pode marcar, que a Comissão tem o maior prazer de lhe receber lá. A gente senta com técnicos e tudo, ainda toma um café, fica lá conosco um pouquinho. Os gabinetes são todos próximos. Você vai ser, com certeza, bem recebida.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Não é que não está mais dentro. Ele continua no perímetro. Por isso que eu estou falando que o Vereador trouxe a informação. É um assunto a ser discutido, Guilherme. Com certeza, eu acho que você tem razão. O Vereador levantou e nós vamos discutir isso. Sim, sim, sim.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – O melhoramento pode ser revisto. Então, no momento, não sai ninguém. Vamos ver o projeto que nós vamos construir juntos na Câmara.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – Mas não é o mesmo que estava previsto.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – A duplicação da ponte é um projeto da SPTrans.

O SR. RODRIGO GOULART – Não é esse o que estava previsto no PIU. Na verdade, não vai ser um alargamento. Vai ser uma duplicação. Então, é o projeto que está em Siurb, e não aqui na SP Urbanismo.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANNA CARVALHO DE MORAES BARROS – Mas é um projeto da SPTrans. Então, eu não posso lhe dar o KMZ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Da mesma forma, traga. Está bom. Okay.

Anna, eu vou aqui apenas dar um esclarecimento. Com relação ao Parque Chiquitão, é importante que vocês saibam que os PIUs são demarcados como o Plano Diretor determina,

na Macrozona de Estruturação Metropolitana, ponto. O Chiquitão não está nessa zona. Está numa Macrozona de Estruturação e Recuperação Ambiental.

Do ponto de vista de conceito, eu não posso colocar aqui uma coisa que a lei diz que não pode. É o Plano Diretor Estratégico, porém a palavra preferencialmente está escrita na lei. Não significa que é uma obrigação absoluta. Isso nós vamos levar ao Governo para discutir. Pode? Uma das sugestões mais plausíveis é transformar como um parque isoladamente e não dentro da lei, porque a gente vai cometer um erro de conceito. Depois como serão inúmeras PIUs, na Cidade, a gente nunca mais corrige.

Então, do ponto de vista conceitual, a gente não poderia incluir o parque, mas, da política, é possível conversar, dialogar e encontrar outra saída para a região. Do ponto de vista conceitual, não, porque a Microárea de Estruturação Metropolitana é onde nós podemos fazer os PIUs.

Então, a questão não é a gente não querer colocar um parque a mais. Os parques já estão inseridos no Plano Diretor, que serão construídos. Nós temos a revisão do Plano Diretor em curso. De repente, pode incluir, na revisão de Plano Diretor, o Parque Chiquitão. Talvez saia mais rápido do que por aqui.

Enfim, tudo pode, desde que a gente criteriosamente acompanhe os conceitos que estão no nosso regramento urbano, que nasce do Plano Diretor Estratégico.

Não posso decidir por aqui. Nós vamos levar isso para o Líder do Governo. Amanhã haverá reunião do Colégio de Líderes às 14 horas. Vão estar todos os líderes. Nós vamos dizer se existe essa possibilidade, para o Líder levar isso à Casa Civil e organizar alguma coisa e a gente possa estar junto.

O Prefeito tem andado e tem falado com a toda a Cidade. Ele não se furta, ele não foge, até porque Prefeito que já foi Vereador conhece bem esse tipo de relacionamento. Eu não vejo muita dificuldade, não, de a gente estar tratando isso pessoalmente não; mas nós vamos levar isso amanhã para o Colégio de Líderes.

Gente, nada mais havendo a tratar, eu quero agradecer muito a presença de vocês

aqui até agora. Muito obrigado. Um bom retorno para casa aos técnicos, que nos assessoram aqui, à Guarda Civil Metropolitana, aos profissionais da Câmara e aos assessores, subprefeitos e secretarias que estão aqui.

Muito obrigado a todos.
